



BANCO
CARREGOSA



RELATÓRIO E CONTAS 31 DE DEZEMBRO 2009



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015
Av. da Boavista, 1083 – 4100-129 Porto – Portugal • TEL.: +351 22 608 64 60 • FAX: +351 22 600 78 87 • info@bancocarregosa.com • www.bancocarregosa.com



RELATÓRIO DE GESTÃO 31 DE DEZEMBRO 2009



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015
Av. da Boavista, 1083 – 4100-129 Porto – Portugal • TEL.: +351 22 608 64 60 • FAX: +351 22 600 78 87 • info@bancocarregosa.com • www.bancocarregosa.com

ÍNDICE

- I. Mensagem da Presidente do Conselho de Administração**
- II. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva**
- III. Estrutura accionista e Órgãos Sociais**
- IV. Datas históricas – cronologia da casa Carregosa**
- V. Missão e Valores**
- VI. Relatório de Actividades**
 - 1. Enquadramento económico e a situação dos mercados financeiros**
 - 2. Apresentação pública do Banco Carregosa**
 - 3. Estrutura Interna**
 - 4. Áreas de actuação**
 - 5. Recursos Humanos**
 - 6. Imagem institucional**
 - 7. Expansão internacional**
- VII. Análise às Contas de 2009**
- VIII. Agradecimentos**
- IX. Proposta de aplicação de resultados**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

I. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ex. mo Senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral, Senhores Accionistas,

Começo por agradecer a vossa presença nesta que é a 2ª Assembleia Geral do Banco Carregosa e que tem entre os vários pontos da agenda o da apreciação das contas de 2009. Acerca disso falar-vos-á mais detalhadamente o Dr. Pedro Duarte mas eu gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de termos conseguido resultados líquidos superiores a 1.000.000,00 € quando estamos numa fase de afirmação, a respondermos às exigências dos supervisores, do mercado em que nos queremos dar a conhecer no novo modelo de instituição bancária.

Poder-se-á pensar que a metamorfose não foi tão violenta já que Private Banking a Casa Carregosa ao procurar para cada um dos nossos clientes o investimento mais adequado já no passado praticava e área de corretagem já nós dominamos desde sempre mas... é tudo muito diferente.

Além de todas as preocupações de afirmação que temos pelo facto de estarmos a dar os primeiros passos neste novo caminho, somos obrigados a dar provas num mercado apavorado com os últimos acontecimentos, provas de que sendo embora um banco de pequena dimensão não nos faremos notar pelas más razões.

Internamente, os critérios adoptados, queremos que sejam sempre da maior exigência não só na avaliação dos que connosco colaboram, dos serviços que propomos aos nossos clientes, dos negócios que nos vão sendo apresentados, dos novos países para onde queremos crescer, internacionalizando-nos.

Assim sendo, embora ultimamente tenhamos vindo a abordar o tema Brasil e Angola porque são grandes preocupações da nossa estratégia ainda não conseguimos as condições que consideramos essenciais para sentirmos que os nossos objectivos possam ser atingidos, mas não deixamos de procurar e sabemos que vamos conseguir.

Ainda em 2009 adquirimos parte do capital de uma gestora de fundos – a Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA – porque tal nos permitirá atender a uma larga faixa de clientela que pretende ter em carteira unidades de participação. Já em 2010, adquirimos em Lisboa uma sociedade corretora e estamos em fase de reorganização já que consideramos que as áreas de Private Banking e Corretagem deveriam estar perfeitamente segregadas e consideramos também que o Banco deveria ser mais conhecido no Sul do País onde procuramos aumentar a nossa base de clientes.

Penso ter conseguido transmitir-vos as nossas principais preocupações que são, afinal, uma só:

Continuar a dar provas de competência nas áreas em que actuamos tendo sempre presente o interesse dos senhores accionistas.

Muito obrigada,

Maria Cândida Rocha e Silva
Presidente do Conselho de Administração





RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Presidir à primeira Comissão Executiva do Banco Carregosa foi, simultaneamente, o momento mais estimulante e o desafio mais importante da minha vida profissional. Para todos os que estiveram envolvidos neste projecto fica a certeza de que, se acreditarmos, com esforço, trabalho, talento e alguma sorte tudo é possível.

A posse dos órgãos sociais do Banco Carregosa ocorreu em Maio de 2009 e, desde logo, a principal tarefa delegada na Comissão Executiva foi a de adaptar e redimensionar uma estrutura desenhada para o negócio da corretagem e da gestão de carteiras para uma estrutura de Banco.

Foi a esse objectivo que a Comissão Executiva se dedicou mal iniciou funções. Pretendemos, e temos plena consciência que se trata de um processo contínuo, inacabado e sempre questionável, preparar o Banco Carregosa para entrar em 2010 com capacidade de pleno funcionamento, quer internamente, quer no plano da oferta a clientes.

Foi necessário adaptar procedimentos, constituir equipas exigentes e especializadas, criar novas rotinas, formatar novas funções. Uma das tarefas a que atribuímos especial importância, e que teve reflexo directo nos resultados, foi o rastreio de toda a base de antigos clientes da corretagem e da gestão de carteiras, transformando contas de registo de valores mobiliários em contas de depósito à ordem.

No plano da oferta a clientes, foram lançadas as bases para uma oferta global de produtos que complementam o serviço prestado pela banca privada. É nessa perspectiva, aliás, que se enquadram a aquisição de uma participação na Gestora de Fundos Optimize e a aquisição da maioria do capital da Lisbon Brokers.

Pela primeira vez, na nossa já longa história, a L.J. Carregosa ultrapassou a barreira de um milhão de euros em termos de resultados, o que assume especial significado se tivermos em conta que vínhamos de um 2008 particularmente difícil e que os principais problemas da economia não foram ultrapassados, muito embora os mercados de capitais tenham tido uma recuperação surpreendente, a partir do segundo trimestre de 2009. Contudo, não podemos ignorar as sequelas deixadas pelos problemas revelados em dois bancos nacionais: o BPN - que acabou sendo nacionalizado e o BPP - que deixou uma imagem extremamente negativa na Banca Privada em Portugal, com as consequências inerentes na confiança e credibilidade dos clientes deste segmento de mercado.





RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

O Banco Carregosa vai continuar a dedicar-se àquilo que pretendemos que seja o seu *core business* – a Banca Privada – numa perspectiva de conselheiros do Cliente em toda a sua envolvência, mantendo no entanto a actividade de corretagem (tradicional, *online*, nacional e internacional) debaixo da marca GOBULLING como actividade indispensável para alavancar o negócio bancário. O crescimento estará sempre alicerçado nestes dois segmentos, não menosprezando oportunidades de expansão para outros mercados geográficos, como Angola, Brasil e Espanha onde já estamos instalados.

Para 2010, o desejo da Comissão Executiva é que o Banco Carregosa, em coerência com os seus valores institucionais, mantenha os seus objectivos estratégicos: crescer com risco reduzido de balanço, manter fortes rácios de solvabilidade e continuar a merecer a confiança dos Clientes.

A Comissão Executiva agradece aos Senhores Accionistas a confiança revelada e aos Clientes o privilégio da escolha do Banco Carregosa.

Não posso deixar de exprimir, em nome da Comissão Executiva, o nosso especial agradecimento a quem contribuiu decisivamente para tornar possível esta nova realidade. Pela dedicação demonstrada, pela abnegação e espírito de sacrifício que em muitos momentos foi necessária, pela inteligência de perceberem as necessidades de mudança, quero dizer-lhes que é para mim uma honra e um privilégio poder contar com esta equipa de colaboradores. São as pessoas que fazem as instituições!

Pedro Duarte
Presidente da Comissão Executiva



III. ESTRUTURA ACCIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

Os accionistas do Banco Carregosa com participações superiores a 5% do capital social são os seguintes:

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves
Amorim Projectos, SGPS
António José Paixão Pinto Marante

O Banco Carregosa tem como Órgãos Sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, do qual emana a Comissão Executiva, e o Fiscal Único.

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas realizada em 14 de Abril de 2009, para o triénio 2009-2011.

Mesa da Assembleia-geral:

Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos, *Presidente*
Maria Manuela Pereira Antunes Matias, *Secretária*

Conselho de Administração:

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva, *Presidente*
Américo Ferreira de Amorim, *Administrador*
António José Paixão Pinto Marante, *Administrador*
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves, *Administrador*
Pedro José Malheiro Duarte, *Presidente da Comissão Executiva (CE)*
Carlos da Costa Oliveira, *Vogal da CE*
Paulo Armando Morais Mendes, *Vogal da CE*
José Paulo Oliveira Faria Duarte, *Vogal da CE*

Órgão de Fiscalização:

Cristina Maria Martins Gomes, *Fiscal Único*

António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada por Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, ROC., *Fiscal Único Suplente*



RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

IV. DATAS HISTÓRICAS – CRONOLOGIA DA CASA CARREGOSA

A Carregosa é a mais antiga casa financeira da Península Ibérica, com as suas origens a remontarem a 1833, ano em que Lourenço Joaquim Carregosa funda a L.J. Carregosa, que dedica a sua actividade ao exercício do comércio de câmbios, compra e venda de papéis de crédito e transacções relacionadas. O Banco de Portugal só seria criado mais tarde, em 1846.

A L.J. Carregosa atravessou períodos de sérias dificuldades políticas e económicas, como o rescaldo das guerras liberais, o fim da monarquia e o início da República, duas Guerras Mundiais, formas de comunicação extremamente rudimentares, diversas mudanças de regime, a revolução de 25 de Abril de 1974, as nacionalizações que se seguiram, a extinção das Casas de Câmbios, a sua transformação no escritório da primeira mulher corretora em Portugal períodos de *boom* e de *crash* dos finais das décadas de 80 e 90. A partir dos anos 90, respondendo às alterações legislativas e regulamentares da actividade dos intermediários financeiros, a L.J. Carregosa transforma-se, primeiro, em Sociedade Corretora e, mais tarde, em Sociedade Financeira de Corretagem.

No século XXI, mudanças igualmente relevantes vêm a concretizar-se. A L.J. Carregosa segmenta a sua actividade de corretagem nas áreas tradicional e *online*, criando a marca *GoBulling*, e dá início ao processo de transformação em banco, beneficiando da larga experiência adquirida na área de gestão de patrimónios.

Em 2008, o Banco de Portugal autoriza e emite a licença bancária. Em 2009, o Banco Carregosa apresenta-se em público como uma instituição especializada em banca privada e gestão de patrimónios.

Cronologia:

1833 – Primeiros registos de actividade na cidade do Porto da casa Carregosa

1846 – Data da fundação do Banco de Portugal

1981 – Com a extinção das casas de câmbio, a L.J. Carregosa transforma-se no escritório da corretora individual, Dra. Maria Cândida Rocha e Silva

1994 – É fundada a LJ Carregosa – Sociedade Corretora S.A.

2000 – LJ Carregosa lança o primeiro serviço de corretagem online em Portugal e estabelece uma parceria tecnológica com o Saxo Bank (*First WL International Partner*)

2001 – Transformação da Sociedade Corretora em “Financeira de Corretagem”

2006 – Aumento do capital social e início do processo de transformação da sociedade financeira em banco

2007 – A LJ Carregosa torna-se o primeiro *broker* europeu a praticar comissão de corretagem zero em todos os mercados Euronext e lança a marca de negociação online *GoBulling*. A LJ

Página 6 de 19





RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

Carregosa e a GoBulling, fecham o ano de 2007 como líderes do mercado de futuros com quotas de, respectivamente, 36,5% e 34%.

2008 – Banco de Portugal autoriza o projecto de transformação da sociedade em Banco

2009 – O Banco Carregosa é apresentado publicamente, no Porto

2009 – O Banco Carregosa adquire 20% da Sociedade Gestora de Fundos Optimize





RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

V. MISSÃO E VALORES

O Banco Carregosa pretende honrar a tradição do nome Carregosa, associado a um passado de 177 anos, preservando o seu activo mais importante – a fidúcia.

A excelência, a fidúcia e a personalização do serviço justificam que vários clientes mantenham uma ligação à casa Carregosa, que dura há várias gerações consecutivas.

O Banco Carregosa é uma instituição especializada em banca privada, orientando a sua actividade para os objectivos de protecção e valorização do património do Cliente. A instituição disponibiliza também competências na área de corretagem, gestão de activos e operações de *corporate*, com um aconselhamento dinâmico de soluções empresariais e oportunidades de negócio.

Para atingir os objectivos definidos, são consagrados os seguintes princípios de excelência:

Independência – apresentar as melhores soluções sempre no interesse do Cliente;

Personalização – disponibilidade e exclusividade do *private banker*

Inovação/ Dinamismo – *know-how* especializado e em constante actualização;

Transparência – rigor na apresentação das soluções de investimento.



VI. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1) Enquadramento económico e a situação dos mercados financeiros

2009 não foi um ano fácil de caracterizar a vários níveis, incluindo o plano económico. O primeiro trimestre foi marcado por um acentuado sentimento de insegurança e desconfiança, em que se sucediam as falências de empresas de grande dimensão e em que o valor dos activos suscitava dúvidas até ao investidor mais racional.

Porém, no final do primeiro trimestre, assistimos a uma recuperação dos mercados financeiros que julgaríamos improvável apenas umas semanas antes. Os mercados retomaram o fôlego, fortemente encorajados pelas ajudas generalizadas dos Estados à economia e a trajectória ascendente manteve o seu rumo até ao final do ano, com valorizações anuais, nalgumas bolsas a ultrapassarem os 30%.

A surpresa foi tanto maior quanto a realidade socioeconómica e macroeconómica, sobretudo no plano nacional, não mostrava sinais consentâneos com aquela recuperação. Em Portugal, o desemprego aumentou, as falências multiplicaram-se, as dificuldades competitivas das empresas portuguesas tornaram-se cada vez mais evidentes, a que se somou uma situação orçamental difícil, com o défice das contas públicas a ultrapassar os 9%.

Hoje, podemos verificar que o 1º trimestre de 2009 foi, aparentemente, o pico da crise. Desde o 2º trimestre assistiu-se à divulgação de indicadores que apontavam para um abrandamento da crise, começando na Ásia e, posteriormente, nos EUA e na Europa.

Assistimos, também, a uma maior preponderância dos Estados na actividade económica, quer através do reforço dos mecanismos de protecção social, quer pelo reforço do investimento público, e, acima de tudo, na intervenção dos Estados no sistema financeiro, uma iniciativa concertada entre Governos, Comissão Europeia e Banco Central Europeu.

A constatação do falhanço das medidas tradicionais de injeção de liquidez no mercado financeiro, por via da fixação de taxas de juro extremamente baixas (perto de 0% nos Estados Unidos e no Reino Unido, enquanto, que na zona Euro, o BCE procedeu a 4 cortes da taxa de refinanciamento para se fixar em 1% desde Julho de 2009) levou os bancos centrais ocidentais a tomar medidas menos convencionais, como a aquisição de dívida soberana, de *covered bonds* e de concessão de fundos “sem limite”. Como consequência, assistiu-se a uma descida drástica das taxas de juro, com a Euribor a 6 meses a cair de 2.95% no final de Dezembro de 2008 para 0.996% no final de 2009.

A inclinação da curva de rendimentos acentuou-se, indiciando a percepção de que a recuperação económica estava próxima (o diferencial entre a Euribor a 12 meses e a 3 meses passou de 12 pontos base em Dezembro de 2008 para 55 pontos base em Dezembro de 2009).

A percepção do risco, medido pelo valor dos *credit default swaps* (CDS) das obrigações, recuperou dos níveis elevados verificados no final de 2008 e no início de 2009. Enquanto em Março de 2009, os CDS da dívida alemã custavam 90 pontos base, em Dezembro de 2009



RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

custavam 26 pontos base. O diferencial das OT's a 10 anos chegou a registar um máximo de 175 pontos base face à dívida alemã, diferencial esse que se estreitou para menos de 80 pontos base no final de 2009.

O mercado de dívida registou uma forte valorização desde Março de 2009, não só pela descida da curva de rendimentos, mas também pela queda do prémio de risco, visível principalmente na recuperação do valor das emissões *corporate*.

Como referido, foi desde Março que se verificou a recuperação do mercado accionista, alimentado pelo maior apetite pelo risco e pelo sentimento de que o pior já teria passado. O ponto de partida desta recuperação foi o anúncio da realização de *stress tests* aos bancos norte-americanos, acompanhado da disponibilização de dinheiros públicos aos bancos necessitados de capital. Desde então foram-se sucedendo declarações dos responsáveis dos bancos centrais que apontavam para os sinais de recuperação económica. Do lado das empresas, verificou-se um regresso aos lucros, muito por força de cortes de custos e redução dos encargos financeiros, que a baixa histórica das taxas de juro permitiram.

Na sua sequência, os mercados accionistas inverteram a tendência do 1º trimestre de 2009, fechando o ano com fortes ganhos. O índice S&P 500 fechou o ano a ganhar 23.5%, o Stoxx 600 28.0% e o PSI20 fechou a ganhar 33.5%.

A suportar a visão de uma iminente recuperação económica estiveram os preços das *commodities* em 2009. O petróleo (crude) valorizou-se 78%, enquanto o cobre se valorizou em 137%.

No mercado cambial, o USD foi vítima do movimento de fuga dos activos de refúgio, sendo este movimento visível até Outubro de 2009, data em que o dólar norte-americano tocou nos 1.50 contra o euro. Desde então, à medida que foi ganhando credibilidade o cenário da recuperação económica nos EUA, a preceder a recuperação europeia, e as fragilidades da zona euro se começam a mostrar, o USD recuperou para fechar o ano a 1.43 contra o euro.





RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Individual e Consolidado – Exercício 2009)

2) Apresentação pública do Banco Carregosa

A apresentação pública do Banco Carregosa ocorreu a 8 de Maio de 2009, no cenário do Palácio da Bolsa, no Pátio das Nações. Trata-se de um local repleto de simbolismo e valor histórico para o mercado de capitais nacional e para a casa Carregosa em particular. Naquele palácio, funcionou durante muitos anos a Bolsa de Valores.

Foi neste local que clientes, autoridades, individualidades e amigos se reuniram para celebrar o início de actividades do Banco Carregosa, oportunidade em que se assistiu a um concerto composto e interpretado especialmente para o efeito, pelo Maestro Rui Massena e pela cantora Cristina Massena.

3) Estrutura Interna

A Assembleia Geral de Accionistas realizada em Abril de 2009, para além de eleger os Órgãos Sociais para o triénio 2009-2011, aprovou alterações ao governo da sociedade com a criação da Comissão Executiva composta por 4 membros.

As consequências da alteração do Governo da Sociedade estenderam-se ao resto do Banco com a aprovação, por parte da Comissão Executiva, de um novo organigrama interno, com a definição de 3 áreas de actuação – Banca Privada, *Corporate* e Corretagem – e a criação de unidades de negócio e operacionais.

Assim, o Banco tem a estrutura assente em quatro unidades de negócios - Banca Privada, Financeira, Mercado de Capitais, Originação e Gestão de Activos – suportada por 8 departamentos operacionais: *Compliance*, Contabilidade e Informação de Gestão, Informática, Jurídico, Marketing, Operações, Recursos Humanos e Risco.

No plano corporativo, o Departamento de Auditoria Interna e o Gabinete de Estudos estão na dependência directa do Conselho de Administração.

Tendo ocorrido alterações legislativas e regulamentares, no período de constituição do Banco Carregosa, relativamente aos órgãos de fiscalização das sociedades, o Banco terá que evoluir de um modelo de existência de um Fiscal Único para a criação de um Conselho Fiscal, facto que ocorrerá após a Assembleia-Geral a realizar em 2010, que alterará os Estatutos do Banco, de modo a dar acolhimento ao novo formato para o órgão de fiscalização.

Em 2009, o Banco deu início a dois projectos de reestruturação interna. Um visa a optimização do consumo de capitais próprios no âmbito do Acordo de Basileia II, através da utilização de modelos internos para o cálculo da utilização de capitais próprios. Outro visa a melhoria da qualidade do serviço prestado a clientes e da eficiência operacional, através da análise e a redefinição dos processos.



4) Áreas de actuação

a) Banca Privada e Corporate

A equipa de Banca Privada, sob a marca “*Banqueiros Privados*” completou o seu primeiro ano completo de actividade, tendo repartido a atenção entre a captação de novos clientes, a oferta de serviços de banca privada a um segmento de clientes de corretagem que, depois de um processo de rastreio, se concluiu terem um perfil consentâneo com tais serviços.

Além disso, a equipa colaborou com as restantes áreas do Banco na criação da oferta de produtos, adaptação dos modelos de informação para os clientes e criação de uma imagem sólida e credível no mercado.

Na área do crédito a clientes, procedeu-se à introdução de duas novas formas de crédito, o empréstimo e o descoberto autorizado, bem como a transformação da facilidade de crédito para aquisição de valores mobiliários em crédito sob a forma de Conta Corrente Cauconada.

Dadas as necessidades específicas do segmento de Banca Privada, foi também reformulado todo o sistema de reporte.

A área de Gestão de Activos foi alvo de uma reorganização relevante, com a adaptação da oferta às necessidades do Banco e a compatibilização dos modelos anteriores de gestão de patrimónios à nova realidade do Banco Carregosa.

Neste domínio, é devida especial referência aos excelentes resultados obtidos no modelo de gestão de obrigações “*Balance Bond Strategy*” com uma rentabilidade de 20.85%, o que não deixa de merecer destaque tratando-se de um modelo de obrigações. Cabe ainda destacar os ganhos de 9.74% obtidos no “*Alpha Valor*”, um modelo de gestão de baixo risco.

b) Corretagem

A GoBulling, a marca do Banco Carregosa para a corretagem, obteve excelentes resultados em 2009 face à estratégia e objectivos delineados no seu lançamento em 2007, como marca de “*online broker*”.

Tendo como objectivo consolidar a liderança da GoBulling no mercado de corretagem *online*, e mesmo num ano de forte turbulência dos mercados financeiros, a GoBulling aumentou os investimentos publicitários, reforçou a oferta de produtos financeiros, celebrou vários protocolos com entidades de renome e melhorou a qualidade dos serviços prestados aos seus investidores.

Assente em valores de excelência, a GoBulling melhorou, em 2009, os seus indicadores globais de actividade, dos quais se destacam:

- ✓ Aumento em 43% do número de novas contas face ao ano anterior

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

- ✓ Crescimento de 30% de média mensal de clientes activos *online*, isto é, investidores que transaccionaram pelo menos uma vez por mês;
- ✓ Subida em 61% no volume de negociação através das plataformas *online* GoBulling (GoBulling Web e GoBulling PRO) face ao ano anterior.

Em termos sectoriais, segundo as estatísticas divulgadas pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a GoBulling aumentou a quota de mercado em vários segmentos de produtos financeiros e manteve a liderança na categoria de número de contratos de futuros:

Produto Financeiro:	Quota Mercado 2008	Quota Mercado 2009
Acções – Volume	2,1%	2,3%
Mercado a Prazo – Volume de ordens recebidas online	18%	23%
Futuros – Volume	16,9%	23,6%
Futuros – Número Contratos	28,7%	38,4%

Fonte: CMVM

A aposta nas plataformas de negociação GoBulling Pro Web e GoBulling Pro Mobile, realizada em 2008, disponibiliza aos clientes um acesso aos mercados em “qualquer lugar” e a “qualquer hora”, foi largamente compensada, já que o número dos acessos aumentou consideravelmente no ano de 2009.

c) Outros

O Banco Carregosa adquiriu, em Novembro de 2009, 19,99% do capital social da Optimize Investment Partners, Sociedade Gestora de Fundos. Esta aquisição vai permitir ao Banco Carregosa alargar o leque de oferta de produtos de poupança e investimento aos seus clientes, quer na área da banca privada, quer na corretagem.

Durante 2009, o Banco Carregosa solicitou autorização ao Banco de Portugal para aquisição da maioria do capital da Lisbon Brokers, Sociedade Corretora, que irá permitir aceder a um leque de clientes que exigem um nível de serviço superior - os clientes institucionais. Esta transacção foi concluída já em 2010.

5) Recursos Humanos

Em Dezembro de 2008, um mês após a Sociedade Financeira de Corretagem se ter transformado em Banco, este dispunha de 60 colaboradores nos seus quadros. Em Dezembro de 2009, o Banco tinha um quadro de pessoal composto por 72 colaboradores.

Assim, durante 2009, com vista a suprir as novas necessidades de recursos humanos do Banco, quer por via da diversificação das áreas de actuação, quer por via da crescente

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

especificidade técnica da actividade, aumentou em 20% o seu número de colaboradores. Este crescimento quantitativo e qualitativo, reflecte não só as necessidades acima referidas como aposta clara em estratégias de desenvolvimento do potencial humano da organização, com vista à melhoria contínua da Instituição.

A idade média dos colaboradores é de 40 anos, situando-se na franja considerada pelas instâncias internacionais, nomeadamente a OCDE, como um bom benchmark. Entre Dezembro de 2008 e Dezembro de 2009, a distribuição por géneros manteve-se relativamente estável. No final de 2008, 64% dos colaboradores do Banco eram homens e 36% eram mulheres. No final de 2009, a percentagem de mulheres tinha aumentado ligeiramente, situando-se nos 38%.

O Banco mantém também uma particular atenção à formação académica dos seus colaboradores, dos quais 60% possuem licenciatura ou grau académico superior. É clara a preocupação sobre a existência de uma adequação das competências, entre as adquiridas por via da formação académica e as características individuais dos colaboradores.

A distribuição dos colaboradores por área funcional era, em final de 2009, a seguinte:

Administração:	5
Órgãos de Staff:	12
Unidades de Negócio:	32
Unidades Operacionais:	23

Em final de 2009, a distribuição geográfica dos colaboradores do Banco ocorria entre Porto (56 colaboradores), Lisboa (14 colaboradores) e Braga (2 colaboradores).

6) Imagem institucional

a) Comunicação

Para uma instituição que gere e protege o património dos clientes, a sua imagem deve reflectir com verdade os seus valores, o seu passado e os princípios que orientam a sua actividade no presente. A longa história da casa Carregosa tem primado pela fidelização dos clientes, pautando a sua actuação pelos valores de seriedade e rigor. A discrição e a exclusividade são, assim, os critérios mais relevantes para a gestão da sua exposição mediática.

O Banco Carregosa entende que a sua presença nos *Media* deve respeitar, acima de tudo, a estrita necessidade de informar o público em geral e o mercado sobre assuntos relevantes para a sua actividade. Optando sempre por um perfil discreto, o Banco Carregosa comunica na medida do que entende ser o seu dever de partilhar informação com a comunidade.

Já relativamente à marca de corretagem GoBulling, por ser dirigida ao grande público, (*mass market*), requer maior visibilidade e um maior esforço de promoção na sua imagem, quer junto do público em geral, quer junto das diversas comunidades financeiras de profissionais, de investidores e de jornalistas.



RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

Tratando-se 2009 do ano de lançamento do Banco Carregosa, este foi alvo do maior número de notícias publicadas, situação que tenderá a inverter-se, cedendo gradualmente à marca GoBulling mais espaço mediático.

Em 2009, foram publicadas 211 notícias com referências ao Banco Carregosa e 47 notícias relativas à GoBulling distribuídas pelos diversos meios: jornais, revistas, televisão, *online* e rádio.

Em termos globais, merece uma nota a avaliação do impacto das notícias publicadas por dois indicadores utilizados internacionalmente:

Advertising Value Equivalents (AVE) – o AVE corresponde ao espaço equivalente ocupado em publicidade, replicando a tabela de publicidade de cada órgão de comunicação social atendendo ao espaço e impacto da notícia. Ao contrário do que acontece nos Estados Unidos onde o valor é triplicado (dado que a informação noticiosa é considerada mais isenta e credível do que a publicidade paga), a Manchete calcula o AVE contabilizando o espaço e a relevância que o cliente ocupa na notícia, cruzando com o valor do espaço publicitário da publicação.

Opportunities to See (OTS): O OTS mede as oportunidades de contacto e reflecte o número de pessoas que tiveram a possibilidade de ser impactadas por determinada informação. Os números deste indicador são apurados através do valor de circulação da imprensa escrita (dados APCT) e da dimensão da notícia. Para televisão e rádio a Manchete utiliza o valor da audiência média (dados Marktest) e a duração da peça audiovisual. A Manchete cruza os critérios de visibilidade da informação com a circulação da mesma, de forma a aferir da maior ou menor capacidade de impacto.

O AVE total de 2009 do Banco Carregosa e da GoBulling foi superior a 400 mil euros (€ 437.513,00). Os OTS ultrapassaram os 5 milhões de pessoas expostas às notícias Banco Carregosa/GoBulling (5.180.905 indivíduos).

b) Marketing

Em 2009 foram criadas novas identidades visuais para as marcas “Banco Carregosa” e “Banqueiros Privados”. Na sequência dessa decisão, foram criadas várias peças institucionais das quais se destacam o novo *site*, as novas brochuras institucionais e novos materiais de *marketing* e de relações públicas.

Sendo o perfil de exposição das marcas “Banco Carregosa” e “Banqueiros Privados” bastante discreto, optou-se por seguir um critério muito restrito no que respeita à presença em eventos públicos e privados. Desse modo, o Banco Carregosa realizou o já tradicional Concerto de Natal, no Salão Árabe do Palácio da Bolsa, reservado a colaboradores, clientes e amigos. Marcou ainda presença institucional com o apoio ao lançamento dos livros “Lojas do Porto” do Arq. Luís Aguiar Branco, onde figura o escritório original da casa Carregosa, na Rua das Flores, e ao livro “Guerra Peninsular em Portugal - Glórias e Vitórias” do Arq. Vasco D’Orey Bobone.

No que respeita ao investimento publicitário, a GoBulling, mesmo num ano de contracção dos mercados financeiros, aumentou a sua presença publicitária com uma forte aposta nos





RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

formatos *online*. Foi com a marca GoBulling que o Banco se apresentou no “1º Fórum de Poupança e Investimento”, com um *stand* na Feira e com a realização de uma conferência, cujo orador principal foi o Senhor Dr. João Oliveira, economista e antigo Presidente do Banco Português do Atlântico.

A marca GoBulling patrocinou várias actividades desportivas desde a vela, ao squash e ao karting, passando pelo “todo o terreno” e automobilismo; Colaborou e esteve presente em vários eventos e seminários organizados por Universidades.

Promovemos uma vez mais com êxito o “Jogo da Bolsa 2009”, organizado em parceria entre a GoBulling e o Jornal de Negócios, que continua a ser considerado o maior e melhor jogo financeiro realizado em Portugal.

As parcerias com a DECO, dando condições especiais de preçário aos seus associados, com a Optimus, que permite, através da aquisição de um iPhone em condições preferenciais, um acesso grátis às salas de mercado da GoBulling e a realização de chamadas grátis entre todos os membros da “Comunidade Financeira GoBulling World” e com a “Optimize”, através da qual se aprimorou a oferta de produtos de investimento de poupança, continuaram a dar excelentes resultados em termos da fidelização e captação de novos clientes. A parceria com a Optimus foi nomeada para os “Optimus Awards” na categoria de “Inovação Pioneira”.

O investimento realizado na promoção da marca, nomeadamente a campanha “Comissão Zero”, que apresenta o preçário mais competitivo em Portugal para os quatro mercados de Euronext, a forte especialização e *know-how* em mercados financeiros, a aposta contínua na apresentação dos produtos financeiros mais actuais e negociáveis à escala global e as competitivas e premiadas plataformas de negociação, permitiram à marca GoBulling aumentar a sua notoriedade no mercado financeiro e reforçar as suas quotas de mercado nos segmentos de “Acções”, “Futuros” e “Ordens recebidas online no Mercado a Prazo”.

De destacar ainda a presença do “Banco Carregosa” e da “GoBulling” nas redes sociais Facebook, Twitter e LinkedIn, onde se pretende manter os Clientes, colaboradores e amigos permanentemente informados sobre os mercados e sobre as actividades do Banco.



7) Expansão internacional

Na data da sua constituição e lançamento público, o Banco Carregosa identificou três áreas geográficas distintas com forte potencial de crescimento e expansão para as actividades de banca privada e de corretagem, de interesse para a instituição.

São elas o mercado brasileiro, o mercado angolano e o mercado espanhol.

A presença de uma representação do Banco Carregosa em Madrid foi desenvolvida ao longo de 2009, tendo sido dados todos os passos iniciais de prospecção e escolha do escritório de representação, bem como obtidas as autorizações legalmente exigidas.

Relativamente a uma presença em Angola, ela pode revestir-se de duas perspectivas: uma de banca privada, claramente focada na gestão de patrimónios individuais e, uma segunda, associada ao arranque de um mercado de capitais no país, uma presença na área da corretagem. Foram iniciados os esforços de prospecção, selecção e informação sobre a identificação de uma entidade local que possa vir a ser parceiro do Banco Carregosa, nas diferentes áreas. Apesar do mercado angolano não estar ainda maduro na intermediação financeira, tem um fortíssimo potencial na área da corretagem e poderá gerar excelentes possibilidades nas áreas menos cobertas – *corporate e private*.

Quanto ao Brasil, foram dados os primeiros passos na procura de uma instituição financeira que tenha uma boa rede de distribuição, que ajude a lançar em moldes inovadores, no mercado brasileiro, o mercado de corretagem. Paralelamente, existe a intenção de aproveitar qualquer janela de oportunidade na área de *private banking* ou gestão de patrimónios. O Banco Carregosa acredita que pode, de forma inovadora, abordar o mercado de corretagem brasileiro com um parceiro local.

VII. ANÁLISE ÀS CONTAS DE 2009

O ano de 2009 foi o primeiro ano completo da vida do Banco Carregosa. Apesar disso e num ambiente de crise financeira e económica que se prolongou durante o ano, o Banco conseguiu fazer crescer a sua actividade e os seus resultados.

O activo do Banco cresceu 70% em 2009, para mais de 70 milhões de euros. Para este facto contribuiu de forma decisiva a captação de recursos de clientes e de outras instituições financeiras. O aumento do activo foi aplicado maioritariamente em títulos de dívida. O crédito concedido a clientes sofreu um acréscimo de 174%, mas continua a representar apenas 8% do activo do Banco.

Fruto do crescimento dos recursos captados de clientes, a margem financeira aumentou 50% face ao ano anterior. O nível muito baixo das taxas de juro verificado durante o ano impediu que a margem financeira fosse maior.

Os resultados da carteira de negociação ascenderam a 2.811.067 euros. O facto de o Banco ter constituído grande parte da sua carteira no primeiro trimestre do ano numa fase em que a liquidez no sistema financeiro era escassa e as boas oportunidades de investimento abundavam, associadas a uma criteriosa escolha em termos de risco/retorno, foram decisivas para este resultado. O Banco manteve uma gestão de risco e de liquidez prudente que lhe permitiu ultrapassar os momentos mais difíceis de mercado de uma forma tranquila.

Os rendimentos de serviços líquidos de comissões ascenderam a 3.557.034 euros. Assim, o produto da actividade ascendeu a 7.500.946 euros, representando um crescimento de cerca de 38,3% face a 2008.

O acréscimo de custos observado em 2009 reflectiu a necessidade do Banco alargar as suas equipas e melhorar as infra-estruturas operacionais para fazer face à nova realidade. Grande parte do acréscimo de custos de estrutura resultou do alargamento do leque de produtos e serviços que o Banco pode agora disponibilizar aos seus clientes. Assim, espera-se no futuro um impacto positivo a nível dos resultados.

Apesar do forte crescimento dos custos resultante da nova realidade do Banco, o Resultado Líquido individual gerado em 2009 ascendeu a 1.015.929 euros e representou um crescimento de 29,3% face a 2008.

Em base consolidada, o Resultado Líquido gerado em 2009 ascendeu a 1.031.766 euros e representou um crescimento de 34% face a 2008.

O retorno sobre os capitais próprios médios (ROE) foi de 5,3%. O Banco apresentava no final de 2009 um rácio de solvabilidade 21,3%.



RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Individual e Consolidado – Exercício 2009)

VIII. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Accionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos os demais Órgãos Sociais, Clientes, Autoridades de Supervisão e outras entidades que nos apoiaram no ano agora findo.

Agradecemos ainda aos colaboradores, pela forma dedicada como souberam executar as suas tarefas, especialmente a quem incondicionalmente acreditou neste projecto.

VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se, nos termos da alínea f) nº5 do artigo 66º, e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 23º dos estatutos da Sociedade que, face à necessidade do reforço dos capitais próprios e ao período de incerteza, quanto à evolução da economia e da actividade do Banco, propomos que o resultado líquido do exercício, no valor de € 1 015 929 (um milhão e quinze mil e novecentos e vinte e nove euros) tenha a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal – € 101.593

Para resultados transitados – € 704.336

Para Dividendos – € 210.000

Aprovado em Conselho de Administração em 23 de Abril de 2010





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 31 DE DEZEMBRO 2009



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015
Av. da Boavista, 1083 – 4100-129 Porto – Portugal • TEL.: +351 22 608 64 60 • FAX: +351 22 600 78 87 • info@bancocarregosa.com • www.bancocarregosa.com



Balanço em Base Individual (NCA)

(valores em euros)

	Notas / Quadros anexos	31-12-2009			31-12-2008
		Valor antes de provisões imparidade e amortizações 1	Provisões imparidade e amortizações 2	Valor Líquido 3=1-2	Valor Líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	605.361		605.361	600.176
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	12.007.458		12.007.458	12.010.869
Activos financeiros detidos para negociação	5	24.538.260		24.538.260	858.031
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-		-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6	2.311.354		2.311.354	8.810.734
Aplicações em instituições de crédito	7	21.508.748		21.508.748	13.574.736
Crédito a clientes	8 e 17	5.634.188	(32.780)	5.601.408	2.044.903
Investimentos detidos até à maturidade		-		-	-
Activos com acordo de recompra		-		-	-
Derivados de cobertura		-		-	-
Activos não correntes detidos para venda	9	175.000		175.000	175.000
Propriedades de investimento		-		-	-
Outros activos tangíveis	10	2.893.949	(1.901.246)	992.703	1.000.208
Activos intangíveis	10	914.181	(756.049)	158.132	52.297
Investimentos em associadas e filiais	11	1.005.009		1.005.009	1.005.096
Activos por impostos correntes	12	8.684		8.684	102.879
Activos por impostos diferidos	12	66.602		66.602	111.938
Outros activos	13	2.048.806		2.048.806	957.716
Total de Activo		73.717.600	(2.690.075)	71.027.525	41.304.584

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Balanço em Base Individual (NCA)

(valores em euros)

Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	31-12-2009	31-12-2008
Passivo			
Recursos de bancos centrais		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	14	200.821	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Recursos de outras instituições de crédito	15	18.536.226	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	22.231.451	12.791.815
Responsabilidades representadas por títulos		-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Provisões	8 e 17	56.600	62.143
Passivos por impostos correntes		546.783	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-
Outros passivos subordinados		-	-
Outros passivos	18	9.490.815	9.986.693
Total de Passivo		51.062.695	22.840.650
Capital			
Capital	19	17.500.000	17.500.000
Prémios de emissão	20	369.257	369.257
Outros instrumentos de capital		-	-
Acções próprias		-	-
Reservas de reavaliação	20	(86.677)	(440.168)
Outras reservas e resultados transitados	20	1.166.320	248.878
Resultado do exercício	20	1.015.929	785.966
Dividendos antecipados		-	-
Total de Capital		19.964.829	18.463.933
Total de Passivo + Capital		71.027.525	41.304.584

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados em Base Individual (NCA)

(valores em euros)

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2009	31-12-2008
Juros e rendimentos similares	21	1.897.495	929.808
Juros e encargos similares	21	(660.618)	(101.946)
Margem financeira		1.236.877	827.862
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	22	6.231.361	7.597.395
Encargos com serviços e comissões	22	(2.674.327)	(455.342)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	23	2.628.775	(2.547.915)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	24	525.970	-
Resultados de reavaliação cambial	25	(343.677)	(27.038)
Resultados de alienação de outros activos	26	1.500	12.650
Outros resultados de exploração	27	(105.532)	16.668
Produto da actividade		7.500.946	5.424.281
Custos com pessoal	28	(2.541.407)	(1.684.326)
Gastos gerais administrativos	29	(2.860.408)	(2.606.768)
Depreciações e amortizações	30	(404.469)	(291.079)
Provisões líquidas de anulações		(34.516)	(32.340)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações		49.649	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		(34.793)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0,00	(13.062)
Resultado antes de impostos		1.675.002	796.707
Impostos			
Correntes	31	(613.736)	(102.885)
Diferidos	31	(45.337)	92.144
Resultado após impostos		1.015.929	785.966
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



ANEXO IV

Outros Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2009

(valores em euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Regularizações			Valor aquisição ajustado	Amortizações do exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31.12.2009
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
Outros Activos Intangíveis												
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	740.289	687.991	154.701	68.057	-	-	-	-	894.990	68.057	756.048	138.941
Activos Intangíveis em curso (Software)	-	-	19.192	-	-	-	-	-	19.192	-	-	19.192
Activos Tangíveis												
Equipamento	2.561.584	1.595.127	373.071	336.412	45.833	-	11	-	2.858.517	336.400	1.901.246	957.271
Património artístico	33.752	-	1.680	-	-	-	-	-	35.432	-	-	35.432
TOTAIS	3.335.625	2.283.118	548.643	404.469	45.833	-	11	-	3.808.130	404.458	2.657.294	1.150.836

O Técnico de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

Carlos da Costa Oliveira

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira de Amorim

António José Paixão Pinto Marante

Está Conforme: 2009/12/31

Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(valores em euros)

	31.12.2009	31-12-2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	7.476.611	7.041.760
Pagamento de juros e comissões	(2.959.397)	(778.727)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(5.397.143)	(4.381.567)
Recursos de instituições de crédito	17.298.753	-
Outros activos e passivos operacionais	(21.835.782)	(202.663)
Outros recebimentos de clientes	5.597.504	5.309.277
Impostos sobre lucros	31.473	(135.003)
Caixa líquida das actividades operacionais	212.019	6.853.078
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	6.984.348	(8.634.828)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(548.642)	(403.809)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	50.500	21.320
Investimentos em empresas filiais e associadas	87	-
Caixa líquida das actividades de investimento	6.486.293	(9.017.317)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	-	-
Dividendos pagos	-	(158.807)
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de rédito)	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	-	(158.807)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	6.698.313	(2.323.046)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	26.185.781	28.508.828
Caixa e equivalentes no fim do exercício	32.884.094	26.185.782

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Pedro Baldaque Silva

Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

Carlos da Costa Oliveira

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira de Amorim

António José Paixão Pinto Marante



Demonstração da Variação nos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2009

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior	Aumentos	Tranferências	Diminuições	Saldo final do exercício
Capital realizado	17.500.000				17.500.000
Prémio de emissão	369.257				369.257
Reserva de reavaliação	(440.168)	353.490			(86.678)
Reserva legal	255.000	78.597			333.597
Reserva de variações cambiais	(131.477)	131.477			0
Outras reservas	288.987				288.987
Resultados transitados	(193.485)	707.369			513.884
Resultados transitados - ID	29.853				29.853
Outras reservas e resultados transitados	248.878	917.443	-	-	1.166.321
Resultado líquido do exercício	785.966	1.015.929	(785.966)		1.015.929
Total Capitais Próprios	18.463.934	2.286.862	(785.966)	-	19.964.829

O Técnico de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

Carlos da Costa Oliveira

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira de Amorim

António José Paixão Pinto Marante



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O exercício de 2009 foi para o Banco L. J. Carregosa, S.A., (adiante designado por “Banco Carregosa” ou “Sociedade”) o primeiro exercício completo de actividade como Instituição de Crédito. Com a alteração da sociedade ocorrida em 2008, a actividade do Banco Carregosa converteu-se para o exercício da actividade bancária e de todas as outras actividades expressamente autorizadas nos termos da lei, tendo sido fixado em 4 de Novembro de 2008 o início de tal actividade.

Para além do crescimento orgânico em resultado da alteração da actividade, que justifica grande parte da variação das principais rubricas relacionadas com a actividade enquanto instituição de crédito, será também importante referir a aquisição de uma participação de 19,99% na sociedade ‘Optimize Investment Partners – SGFIM’, em Outubro de 2009, pelo significado estratégico de que se revestiu conforme indicado no relatório de gestão.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005 de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA's correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

i) Provisionamento do crédito concedido

É mantido o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente no que se refere à anulação de juros;

ii) Eliminação da opção do justo valor na valorização de activos intangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas, até à data, pela Comissão Europeia diferem da versão integral em vigor das IFRS/IAS publicadas pelo IASB, no que se refere à eliminação de certas restrições na aplicação da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Durante o ano de 2009 foi concretizada a internalização dos processos relativos à contabilidade, que até à data eram executados por entidade externa, subcontratada para o efeito. No âmbito da reestruturação interna e da alteração do organigrama do Banco, foi criado o departamento de contabilidade e informação de gestão. Foi também adquirida uma nova aplicação de suporte à contabilidade e revistos os procedimentos contabilísticos.

Embora se tenha procurado manter todos os princípios e políticas contabilísticas adoptadas anteriormente, também de acordo com as normas referidas, poderão verificar-se alguns casos em que foi necessário reclassificar alguns dos valores apresentados em peças contabilísticas divulgadas anteriormente. Nas várias notas constantes deste anexo, estas correcções são devidamente identificadas.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

b) Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

c) Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

d) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

e) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

f) Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i - Provisões para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii - Provisões para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito.

g) Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Equipamento:	
Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 20

h) Activos intangíveis

Os activos intangíveis são compostos essencialmente por “software”. Estão registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são registadas de forma linear, ao longo de três anos.

i) Investimentos em associadas

As partes de capital em empresas associadas encontram-se registadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral, uma vez que Banco Carregosa exerce o controlo efectivo sobre as mesmas.

Este controlo decorre do poder que o Banco Carregosa tem de, directa e indirectamente, gerir a política financeira e operacional das participadas, ainda que a percentagem detida de capital não seja superior a 50%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

j) Outros passivos financeiros - Recursos de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos, e outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

l) Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

m) Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

n) Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

São registados impostos diferidos, passivos ou activos, no exercício em que se toma conhecimento, os relativos a operações que tenham repercussões nos resultados futuros da empresa.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

o) Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, actuando em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário, e exclusivamente para os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, assumiu o compromisso de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações

Pág. 7 de 36



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez, efectiva ou presumida, ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesgera.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas, decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, são registados em rubricas de balanço (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, o Banco assumiu ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica, subsídio por morte e eventuais prémios de antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões, e registados na rubrica de ‘Outros passivos’.

2.3. Gestão do risco

A gestão do risco no Banco Carregosa assumiu particular relevância com as alterações estatutárias verificadas em finais de 2008, com a transformação em Banco. O crescimento da actividade de crédito e o maior nível de recursos, quer devido ao crescimento dos recursos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

de clientes em balanço, quer pelo crescimento do capital social, aumentaram as necessidades de acompanhamento de riscos, o que, por sua vez, deu origem a uma série de alterações ao nível da estrutura interna do Banco.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

Nesse sentido:

- À Comissão Executiva e ao Conselho de Administração competem a definição das linhas estratégica do negócio.
- Ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) - do qual fazem parte a Comissão Executiva e as áreas de negócios envolvidas na gestão de activos e passivos - compete a alocação de activos bem como a definição da política de captação de recursos (através de pricing e produtos).
- Ao Departamento de Risco compete medir os níveis de risco incorridos e a sua concordância com os pretendidos.

No âmbito das recomendações do Comité de Basileia, continuámos a acompanhar o processo de revisão dos requisitos de capital, elaborado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (Acordo de Basileia II). Este processo de revisão propõe uma maior relação entre os perfis de risco assumidos e os requisitos de capital, aproximando os conceitos de capital regulamentar e de capital económico, permitindo às Instituições Financeiras a utilização de parâmetros calculados internamente para a sua determinação. Estabelece ainda um requisito adicional de capitais para os riscos operacionais, reforça o papel das autoridades de supervisão (Pilar II Processo de Supervisão) e reafirma a necessidade de prestar mais e melhor informação aos mercados (informação qualitativa e quantitativa) sobre a gestão do risco das Instituições Financeiras (Pilar III Disciplina de Mercado).

As categorias de risco consideradas são as seguintes: Risco de Crédito, Risco de Mercado (nas suas componentes risco taxa de juro, cambial, cotações e índices). Risco Operacional e Risco de Liquidez.

a) Risco de Crédito

Por risco de crédito entende-se a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento por parte de cliente ou contraparte das obrigações contratuais estabelecidas com o Banco.

A maior parte das operações de crédito concedido pelo Banco aos seus clientes visam a aquisição de valores mobiliários.

A monitorização em tempo útil dos saldos dos clientes, vencidos e por vencer, assim como o valor das ordens que transmitem para os mercados, associado ao valor dos activos connosco

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

depositados e ao perfil dos clientes, permite uma gestão deste tipo de risco segundo critérios fixados pela administração. O Departamento de Risco dispõe de um sistema de informação que permite tempestivamente, controlar a conformidade das garantias prestadas pelos clientes com o nível de crédito concedido.

Acresce a possibilidade contratual do Banco encerrar posições ou vender valores mobiliários que colateralizam os empréstimos perante a quebra dos rácios acordados. A segurança implícita aos mesmos faz com que as alterações do preço de colaterais, mesmo no cenário mais negativo plausível, não tenham repercussões significativas nos capitais próprios.

b) Risco de Mercado

Por risco de mercado entende-se como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da eventual alteração adversa do valor dos activos que compõe a carteira do Banco. A alteração do valor dos activos pode ser motivada pela alteração das taxas de juro, taxa de câmbio, prémio de risco ou activo subjacentes aos títulos.

O ALCO (Comité de Activos e Passivos) define a alocação dos activos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. Diariamente o Departamento Financeiro executa a alocação definida. O Departamento de Risco monitoriza os riscos incorridos. A Comissão Executiva – Administrador do Pelouro - é informada das operações efectuadas.

O peso das operações realizadas em mercados organizados, nomeadamente na Euronext (com contraparte central e câmara de compensação), limita o risco de contraparte. Acresce que procuramos sempre garantir o princípio de DVP (entrega contra pagamento) mesmo em operações OTC (operações fora de mercado).

c) Risco Operacional

O risco operacional entende-se como o risco de ocorrerem eventos com impacto negativo, nos resultados ou no capital, resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, de sistemas de informação ou de causas externas, incluindo o risco jurídico.

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No âmbito do Acordo Basileia II, a sociedade concretizou a contratação de empresa de consultoria especializada na matéria, bem como a autonomização de um departamento de risco. Foram iniciados no final do ano de 2009, e irão decorrer durante o ano de 2010, projectos específicos nesta área, visando o levantamento das situações de risco que possam ocorrer, a identificação dos factores de risco e a implementação das medidas para os minimizar. Prevê-se que este trabalho seja a base para o desenvolvimento de um modelo quantitativo de apuramento de perdas relacionadas com Risco Operacional. Será ainda desenvolvida uma aplicação que, apoiada em modelos estatísticos que trabalham sobre uma base de dados histórica com as perdas verificadas e os factores de risco que as originaram, possibilite a alocação de capital económico, por categoria de risco operacional, acompanhando as metodologias mais avançadas preconizadas no Acordo Basileia II.

Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal sob contrato que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

i) Risco de Liquidez

Entende-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez deriva do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos activos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. O ALCO analisa mensalmente o *mismatch* das operações activas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.

Nota prévia:

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), e compostas pelas rubricas:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	31.12.2009	31.12.2008
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	605.361	600.176

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2009	31.12.2008
Depósitos à ordem em Instituições monetárias:		
No país	9.504.073	6.619.543
Em outros países	2.503.385	5.391.326
Organismos financeiros internacionais	-	-
	12.007.458	12.010.869

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31.12.2009	31.12.2008
Títulos – Negociação		
Títulos	24.538.260	619.671
Instrumentos Derivados com Justo Valor Positivo	0	238.360
	24.538.260	858.031

O crescimento da rubrica dos activos financeiros detidos para negociação é justificada sobretudo pelo aumento dos recursos disponíveis para serem aplicados, e que por sua vez resultam do início da actividade do Banco como instituição de crédito, que se verificou já no final do ano de 2008, sendo o seu impacto nas contas de 2008 ainda reduzido, mas já com impacto significativo em 2009. Também se verificou, durante o ano de 2009, a reclassificação

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

de parte dos activos que estavam classificados como disponíveis para venda, como activos detidos para negociação, conforme é também referido na nota seguinte.

5.1. Distribuição dos activos detidos para negociação em 31.12.2009

5.1.1 Por País de Origem

Zona Euro	15.368.367
Brasil	7.837.787
Reino Unido	916.449
Ilhas Cayman	303.343
Dinamarca	79.595
Ilha de Jersey	26.518
Bermudas	6.201
	24.538.260

5.1.2 Sector Actividade

Financeiro	20.519.053
Serviços Comerciais	2.073.505
Indústria Transformadora	1.347.908
Produtos Florestais e Papel	312.876
Energia	248.159
Soberano	36.759
	24.538.260

5.1.3 Tipo de Activo

Dívida Sénior	23.209.438
Dívida Soberana	953.208
Instrumentos de Capital	296.019
Outros	79.595
	24.538.260

5.1.4 Rating

Rating AAA a A	5.480.170
Rating BBB a B	16.811.414
Sem Rating	2.246.676
	24.538.260

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	31.12.2009	31.12.2008
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Emitidos por residentes:		
De dívida pública portuguesa	103.855	169.446
De outros residentes	307.600	74.177
	<u>411.455</u>	<u>243.623</u>
Emitidos por não residentes:		
Emissores públicos estrangeiros	-	-
Outros	1.899.899	8.567.112
	<u>1.899.899</u>	<u>8.567.112</u>
	<u>2.311.354</u>	<u>8.810.734</u>

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 31 de Dezembro de 2009, a perda registada em reservas de reavaliação é no montante 86.677 Euros (Nota 19).

De referir também que, por decisão do Comité de Alocação de Activos e Passivos (ALCO), foi efectuada em 2009 a reclassificação de parte dos activos de “disponíveis para venda” para “activos detidos para negociação”, o que justifica a grande diminuição da rubrica ‘Emitidos por não residentes – Outros’.

6.1 Distribuição dos activos disponíveis para venda em 31.12.2009

6.1.1 Por País de Origem

Zona Euro	413.500
Grã-Bretanha	397.776
Dinamarca	59.204
Brasil	920.450
Ilha de Jersey	<u>520.424</u>
	<u>2.311.354</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6.1.2 Sector Actividade

Financeiro	2.207.499
Soberano	<u>103.855</u>
	2.311.354

6.1.3 Tipo de Activo

Instrumentos de Capital	307.600
Dívida Subordinada	1.840.695
Dívida Soberana	103.855
Outros	<u>59.204</u>
	2.311.354

6.1.4 Rating

Rating AAA a A	313.803
Rating BBB a B	1.440.874
Sem Rating	<u>556.677</u>
	2.311.354

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2009	31.12.2008
<u>Aplicações</u>		
No País		
Em Outras Instituições de Crédito	21.382.410	13.481.142
Em Proveitos a receber	126.338	93.594
	<u>21.508.748</u>	<u>13.574.736</u>

O aumento desta rubrica verificado em 2009, está directamente relacionado, com a alteração da actividade do Banco, que implicou um aumento dos recursos disponíveis para aplicação, sendo parte destes recursos aplicados em depósitos a prazo noutras instituições de crédito e parte aplicada em activos financeiros disponíveis para negociação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8. CRÉDITO A CLIENTES

	31.12.2009	31.12.2008
<u>Crédito em conta corrente</u>		
Crédito concedido:		
Interno	4.311.028	1.709.005
Ao exterior	1.288.884	289.059
<u>Outros créditos</u>		
Crédito e juros vencidos:		
Crédito interno e juros vencidos	34.276	95.471
	5.634.188	2.093.535
Provisões para crédito e juros vencidos	(32.780)	(48.632)
	5.601.408	2.044.903

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2009, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 56.600 Euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (Nota 17).

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

	Saldos 31.12.08	Aumento no período	Ajustamento	Alienação no período	Provisões/ Imparidade	Saldos 31.12.09
Imóveis	175.000	-	-	-	-	175.000
Equipamento	-	-	-	-	-	-
	175.000	-	-	-	-	175.000

Em Fevereiro de 2008, a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, na Póvoa do Varzim.

Durante os anos de 2008 e 2009 foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel, sem resultado até ao momento. O Imóvel tem sido sujeito a avaliações não sendo de registar qualquer imparidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos e saldos, em 31 de Dezembro de 2009 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV.

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS ASSOCIADAS E OUTRAS

Filiais Associadas e Outras	% Participação	Valor da participação	Total Cap. Próprio	Resultado Líquido	Cap. Próprio ajust. (NCA)	R. Líquido ajust. (NCA)
Coollink, Lda	50%	25.000	61.862	35.921	61.862	36.425
Górdio, S.A.	49%	980.000	(98.445)	(4.850)	1.899.252	(4.850)
Várias residuais	-	9	-	-	-	-
		1.005.009	(36.583)	31.071	1.961.114	31.575

12. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

	31.12.2009	31.12.2008	Notas
<i>Activos por impostos correntes</i>			
IRC a recuperar		90.789	(1)
IRC a recuperar relativo à fusão com a Personal Value	8.684	12.090	(1)
	8.684	102.879	
<i>Activos por impostos diferidos:</i>			
Diferenças temporárias			
Activos tangíveis	9.002	13.521	
Activos intangíveis	6.739	4.341	
Prejuízos Fiscais	50.861	94.076	
	66.602	111.938	

Os prejuízos fiscais resultaram do processo da fusão, sendo o respectivo imposto diferido activo registado no pressuposto da recuperabilidade dos prejuízos.

(1) Em 2009 esta rubrica foi reclassificada para ‘Outras contas de regularização’ – ver nota 13.

Pág. 17 de 36



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

13. OUTROS ACTIVOS

	31.12.2009	31.12.2008	Notas
Outras Disponibilidades	-	-	
<i>Devedores e outras aplicações:</i>			
Sector Público Administrativo	94.667	74.687	
Devedores diversos	28.026	264.388	
Outros activos	10.223	10.223	
<i>Outros juros e rendimentos similares:</i>			
Obrigações do tesouro	1.313	4.323	
Outras Obrigações	622.611	252.943	
<i>Outros rendimentos a receber:</i>			
Comissões por serviços prestados	538.937	253.361	
<i>Despesas com encargo diferido:</i>			
Seguros	16.317	8.923	
Contribuições Fundo Garantia Depósitos	50.000	50.000	
Outras despesas com encargo diferido	17.090	33.340	
Outras contas de regularização	669.621	108.407	
(das quais IRC a recuperar)	(0)	(102.879)	(1)
	<u>2.048.806</u>	<u>1.060.595</u>	
Outras rubricas objecto de reclassificação em 2009			
IRC a recuperar relativo a 2008 Banco		-90.789	(1)
IRC a recuperar relativo à fusão com a Personal Value		-12.090	(1)
		<u>957.716</u>	

(1) Em 2008 esta rubrica estava classificada em 'Activos por impostos correntes' – ver nota 12.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

14. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31.12.2009	31.12.2008
Instrumentos Derivados com Justo Valor Negativo	200.821	0
	<u>200.821</u>	<u>0</u>

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2009	31.12.2008
<i>Recursos de Instituições Crédito no País:</i>		
Descobertos em depósitos à ordem	47.435	-
Outros recursos	26	-
	<u>47.460</u>	<u>-</u>
<i>Recursos de Instituições Crédito no Estrangeiro:</i>		
Descobertos em depósitos à ordem	1.237.473	-
Depósitos à ordem	17.251.292	-
	<u>18.488.765</u>	<u>-</u>
	<u>18.536.226</u>	<u>-</u>

Em 2008 devido ao pouco tempo de actividade do Banco como instituição de crédito, não tinham sido ainda captados recursos de outras instituições de crédito, facto que se veio depois a verificar em 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

	31.12.2009	31.12.2008
<i>Recursos de clientes</i>		
Depósitos		
De residentes:		
Á ordem	3.208.517	3.370.252
A prazo	18.016.929	9.333.914
	<u>21.225.446</u>	<u>12.704.166</u>
De não residentes:		
Á ordem	672.759	-
A prazo	30.033	-
	<u>702.792</u>	<u>-</u>
<i>Juros de recursos de clientes</i>		
Depósitos		
De residentes:		
Á ordem	-	-
A prazo	303.213	87.649
	<u>303.213</u>	<u>87.649</u>
	<u>22.231.451</u>	<u>12.791.815</u>

17. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER

No exercício de 2009 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidade foram os seguintes:

	Saldos 31.12.08	Dotações	Utilizações/ Transf./ Ajustamentos	Anulações/ Reposições	Saldos 31.12.09
Provisões para crédito e juros vencidos (1)	<u>48.632</u>	<u>34.793</u>	<u>(996)</u>	<u>(49.649)</u>	<u>32.780</u>
Provisões para riscos gerais de crédito	<u>22.142</u>	<u>73.285</u>	<u>(57)</u>	<u>(38.770)</u>	<u>56.600</u>
Outras provisões	<u>40.000</u>	<u>-</u>	<u>(40.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>110.774</u>	<u>108.078</u>	<u>(41.053)</u>	<u>(88.419)</u>	<u>89.380</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

18. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2009	31.12.2008
<i>Credores e outros recursos</i>		
Fornecedores	43.542	159.590
Fornecedores de bens de locação financeira	30.696	16.789
Credores por operações sobre valores mobiliários	2.378.700	5.048.983
Outros credores	44.317	36.341
Outros recursos	6.080.054	4.076.528
Sector Público Administrativo	73.299	43.792
Contribuições para a Segurança Social	41.213	32.269
Contribuições para outros sistemas de saúde	8.673	6.283
Sindicatos	1.615	1.055
	<u>8.702.109</u>	<u>9.421.630</u>
 <i>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</i>		
	181.968	187.048
	<u>181.968</u>	<u>187.048</u>
 <i>Encargos a pagar</i>		
Remunerações a pagar ao pessoal	334.912	239.686
Outros encargos a pagar	271.826	138.329
	<u>606.738</u>	<u>378.015</u>
	<u>9.490.815</u>	<u>9.986.693</u>

19. CAPITAL SOCIAL

O capital social do Banco L. J. Carregosa é de 17.500.000 de euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado, através da emissão de 175.000.000 de acções.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A Sociedade não detém quaisquer acções próprias, nem existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis, títulos ou direitos similares.

20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o montante necessário. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

Resumem-se, de seguida, os movimentos nas rubricas de Outras Reservas e Resultados Transitados, efectuados no ano de 2009:

	31.12.08	Aumentos	Transferências	Diminuições	31.12.09
Capital realizado	17.500.000				17.500.000
Prémio de emissão	369.257				369.257
Reservas de reavaliação					
Resultantes valorização ao justo valor	(440.168)	353.491			(86.677)
Reserva de variações cambiais	(131.477)	131.477			-
Outras	288.988		(288.988)		-
	(282.657)	484.968	(288.988)	-	(86.677)
Outras reservas e resultados transitados					
Reserva legal	255.000		78.597		333.597
Outras reservas	-		288.988		288.988
Resultados transitados	(163.632)		707.369		543.736
	91.368		1.074.954	-	1.166.321
Resultado líquido do exercício	785.965	1.015.928	(785.966)	-	1.015.928
Total Capitais Próprios	18.463.933	1.531.114	-	-	19.964.829

21. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira aumentou consideravelmente em 2009 devido ao crescimento dos recursos de clientes. Desta forma se explicam as variações mais significativas em rendimentos

Pág. 22 de 36



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

de outros activos financeiros, constituídos pelos juros de aplicações realizadas pelo Banco, e por outro lado, nos juros de recursos de clientes, que representam os juros pagos a clientes nos depósitos a prazo.

	31.12.2009	31.12.2008
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades em bancos centrais	2.819	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28.705	103.358
Aplicações em instituições de crédito	425.224	376.932
Crédito a clientes	169.590	133.870
Crédito vencido	48.825	59.612
Outros activos financeiros	1.222.332	256.036
	<u>1.897.495</u>	<u>929.808</u>
Juros e encargos similares de:		
Recursos de outras instituições de crédito	10.524	51.595
Juros de recursos de clientes	647.110	46.626
Outros	2.984	3.725
	<u>660.618</u>	<u>101.946</u>
	<u>1.236.877</u>	<u>827.862</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

22. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

	31.12.2009	31.12.2008	Notas
Rendimentos de serviços e comissões por:			
Garantias prestadas	1.125	0	
Depósito e guarda de valores	43.329	56.077	
Cobrança de valores	60.103	38.948	
Administração de valores	22.270	107.915	
Operações realizadas por conta de terceiros	6.089.958	7.391.430	
Outros serviços prestados	9.617	3.025	
Outras comissões recebidas	4.959	0	
	<u>6.231.361</u>	<u>7.597.395</u>	
Encargos com serviços e comissões por:			
Depósito e guarda de valores	25.860	25.764	
Cobrança de valores	1.965	0	
Administração de valores	0	3.120	
Outros serviços bancários prestados por terceiros	25.058	22.013	
Operações realizadas por terceiros	2.619.016	399.329	(1)
Outras comissões pagas	2.428	5.116	
	<u>2.674.327</u>	<u>455.342</u>	
	<u>3.557.034</u>	<u>7.142.053</u>	

(1) Os valores relativos a 2009 incluem as comissões pagas a terceiros pela negociação de instrumentos derivados, que em 2008 eram contabilizadas como 'Perdas em activos financeiros detidos para negociação', no valor de 2.736.138 Euros. Ver também a nota seguinte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

23. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados reflectem, o maior volume de investimentos de carteira, como resultado dos maiores recursos de clientes e o bom resultado obtido na gestão dessa carteira.

	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>	<u>Notas</u>
Ganhos em:			
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida	1.489.739	840	
Instrumentos de capital	426.175	470.173	
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida	4.815.555	1.000.091	
Instrumentos de capital	66.380	6.193	
Instrumentos derivados			
Divisas	784.041	76.318	
Outros	1.527	4.971	
Outros activos	-	590.789	(1)
	<u>7.583.417</u>	<u>2.149.375</u>	
Perdas em:			
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida	1.080.434	313	
Instrumentos de capital	340.305	425.629	
Outros	2.912	8.438	
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida	2.571.047	821.552	
Instrumentos de capital	130.078	23.205	
Instrumentos derivados			
Divisas	829.668	109.189	
Comissões	-	2.736.138	(2)
Outros	199	6.561	
Outros activos	-	566.264	(1)
	<u>4.954.641</u>	<u>4.697.290</u>	
	<u>2.628.775</u>	<u>(2.547.915)</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- (1) Em 2008 os valores constantes nesta rubrica correspondiam aos resultados de activos financeiros disponíveis para venda (nota seguinte).
- (2) Em 2008 as comissões pagas pelas transacções de derivados, estavam a ser incluídas nas perdas em activos financeiros para negociação. Esta situação foi corrigida em 2009. Ver nota anterior.

24. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>	<u>Notas</u>
Ganhos em:			
Activos financeiros detidos para venda			
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida	77.006	-	
Instrumentos de capital	9.528	-	
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida	346.978	-	
Instrumentos de capital	2.672	-	
Outros	549.985	590.789	(1)
	<u>986.168</u>		
Perdas em:			
Activos financeiros detidos para venda			
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida	5.457	-	
Instrumentos de capital	2.423	-	
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida	83.781	-	
Instrumentos de capital	1.095	-	
Outros	367.442	566.264	(1)
	<u>460.199</u>		
	<u>525.970</u>		

- (1) Em 2008 os valores indicados estavam incluídos nas rubricas de resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados (ver nota 23).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

	31.12.2009	31.12.2008
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira	626.042	111.781
	<u>626.042</u>	<u>111.781</u>
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira	969.719	138.819
	<u>969.719</u>	<u>138.819</u>
	<u>(343.677)</u>	<u>(27.038)</u>

26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

	31.12.2009	31.12.2008
Ganhos em:		
Activos não financeiros	1.500	12.650
	<u>1.500</u>	<u>12.650</u>

27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	31.12.2009	31.12.2008
Ganhos em:		
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Outros	88.521	142.112
	<u>88.521</u>	<u>142.112</u>
Perdas em:		
Outros impostos	21.462	38.312
Quotizações e donativos	6.178	3.804
Perdas em activos não financeiros	2.991	16.588
Outros encargos e gastos operacionais	163.422	66.740
	<u>194.053</u>	<u>125.444</u>
	<u>(105.532)</u>	<u>16.668</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

28. CUSTOS COM O PESSOAL

	31.12.2009	31.12.2008
Remunerações		
Dos órgãos de gestão	281.643	163.710
De empregados	1.651.170	1.083.875
Encargos Sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	422.102	260.910
Fundo de pensões	119.586	123.946
Outros	9.446	9.210
Outros custos com o pessoal		
Outros custos com o pessoal	57.460	42.675
	<u>2.541.407</u>	<u>1.684.326</u>

O aumento de custos com pessoal reflecte o esforço de crescimento do Banco.

Em Dezembro de 2008, um mês após a Sociedade Financeira de Corretagem se ter transformado em Banco, este dispunha de 60 colaboradores nos seus quadros.

Em Dezembro de 2009, o Banco tinha um quadro de pessoal composto por 72 colaboradores. Assim, durante o ano de 2009, com vista a suprir as novas necessidades de recursos humanos com que o Banco se deparou, quer por via da diversificação das áreas de actuação, quer por via da crescente especificidade técnica da actividade, o Banco aumentou em 20% o seu número de colaboradores.

Este crescimento quantitativo, reflecte, não só as necessidades acima referidas como a aposta clara em estratégias de desenvolvimento do potencial humano da organização, com vista à melhoria contínua da Instituição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número médio de colaboradores nos quadros do Banco Carregosa, por categorias profissionais, era o seguinte:

<i>Dados por Categoria Profissional</i>	31.12.2009	31.12.2008
Administração	5	7
Direcção	11	9
Técnicos	12	7
Administrativos	14	14
Comerciais/operacionais	24	17
Outros	6	6
	72	60

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	31.12.2009	31.12.2008
Com fornecimentos:		
Água, energia e combustíveis	86.978	107.743
Material de consumo corrente	21.051	19.807
Publicações	8.584	9.364
Material de higiene e limpeza	8.248	8.488
Outros fornecimentos de terceiros	74.789	66.575
	<u>199.650</u>	<u>211.977</u>
Com serviços:		
Rendas e alugueres	269.488	49.777
Comunicações	238.574	166.850
Deslocações, estadas e representação	232.991	259.354
Publicidade e edição de publicações	326.431	212.904
Conservação e reparação	69.871	67.416
Seguros	12.057	14.507
Avenças e honorários	254.793	185.319
Judiciais, contencioso e notariado	2.624	3.050
Informática	297.555	329.385
Segurança e vigilância	2.566	1.868
Informações	299.872	278.105
Bancos de dados	24.221	31.113
Outros serviços especializados	465.399	764.213
Outros serviços	164.316	30.930
	<u>2.660.758</u>	<u>2.394.791</u>
	<u>2.860.408</u>	<u>2.606.768</u>

Pág. 30 de 36



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

30. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Conforme referido na nota 10, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV. As amortizações do período findo em 31 de Dezembro de 2009, ascenderam a 404.469 Euros.

31. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2009 e 2008 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31.12.2009	31.12.2008
Imposto corrente:		
1. Resultado antes de impostos base NCAs	1.675.002	796.706
2. Taxa legal de imposto (IRC+Derrama)	26,50%	26,50%
3. Carga fiscal normal (1*2)	443.876	211.127
4. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1 Provisões não dedutíveis	73.285	67.835
4.2 Amortizações não aceites como custo	45.581	31.546
4.3 Donativos e quotizações	3	84
4.4. IRC relativo a anos anteriores	-	0
4.5. Mais valias fiscais	1.497	6.325
4.6 Multas, coimas e juros compensatórios	3.007	33.997
4.7 Correções relativas a exercícios anteriores	36.442	20.019
4.8 Correção Impacto NCA's	15.755	23.877
4.9 Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	-	0
4.10 Despesas não devidamente documentadas e ofertas	52.450	22.630
4.11 Pensões de reforma	-	49.812
4.12 Insuficiência de estimativa de imposto	33.353	-
	<u>261.373</u>	<u>256.125</u>
5. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
5.1 Redução de provisões tributadas	-38.770	-35.495
5.2 Benefícios fiscais	-2.537	-1.678
5.3 Impacto NCA's	-23.964	-31.231
5.4 Mais valias contabilísticas	-4.667	-12.650
5.5 Excesso estimativa de imposto	-	-20.867
5.6 Outros	-	-58.432
	<u>-69.938</u>	<u>-160.353</u>
6. Variações patrimoniais	484.967	-571.645
7. Lucro tributável (1+4+5+6)	2.351.404	320.833
8. Prejuízo fiscal reportável	-141.166	0

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9. Imposto antes da tributação autónoma (7+8) 26,5%	584.151	85.021
10. Tributações autónomas	29.586	17.864
11. Imposto total (9+10)	613.736	102.885
12. Taxa efectiva (11/1)	36,64%	12,91%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2006 a 2009 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

32. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	31.12.2009	31.12.2008
Compromissos perante terceiros:		
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	128.635	91.860
	<u>128.635</u>	<u>91.860</u>
Responsabilidades por prestação de serviços:		
De depósito e guarda de valores	226.727.572	139.033.534
Valores administrados pela Instituição	22.713.755	12.031.652
Outras	20.155.592	8.938.638
	<u>269.596.919</u>	<u>160.003.824</u>
Serviços prestados por terceiros:		
Por depósito e guarda de valores	200.223.047	114.729.077
Por outros serviços	20.155.592	8.938.638
	<u>220.378.639</u>	<u>123.667.715</u>
Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	<u>300.000</u>	<u>-</u>
Garantias reais	<u>16.600</u>	<u>16.600</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	316.600	16.600
Garantias Recebidas		
Garantias pessoais	300.000	-
	300.000	-
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	1.332.127	1.332.127
Juros vencidos	9.778	6.571
	1.341.905	1.338.698

33. RELATO POR SEGMENTO

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolvem apenas em Portugal também não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

34. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

O Banco Carregosa, actuando em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário, e exclusivamente para os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, assumiu o compromisso de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

O estudo actuarial, para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados, reportados a 31 de Dezembro de 2009, foi efectuado pela Pensõesger – S. G. F. P., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os principais pressupostos actuariais utilizados para a avaliação efectuada foram, para os anos de 2009 e 2008, os seguintes:

	2009	2008
Esquema de benefício	Estabelecido no ACTV Bancário	Estabelecido no ACTV Bancário
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	SUISSERE	SUISSERE
Idade de reforma	65 anos	65 anos
Decrementos Utilizados	100% da EVK 80	100% da EVK 80
Taxa de retorno esperada dos activos do plano	5,50%	5,75%
Taxa de crescimento salarial futura	3,5%	3,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,75%	2,75%
Tarifa de cobertura Invalidez Ocupacional	Compagnie Suisse de Réassurances	Compagnie Suisse de Réassurances
Tarifa de cobertura Morte	2.234‰	2.234‰
Percentagem de casados	85,00%	85,00%
Nº de pensões pagas anualmente	14	14

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado, decompondo-se em 31 de Dezembro de 2009 da seguinte forma:

	2009	2008
Nº de participantes no activo	23	23
Nº de reformados	1	1
Responsabilidades relativas a serviços passados de pessoal no activo	1.517.034	1.256.664
Responsabilidades relativas a ex-trabalhadores	160.580	157.381
Total das responsabilidades	1.677.614	1.414.045

O valor do fundo de pensões no final do ano ascendia a 1.655.954 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O montante reconhecido como custo a 31 de Dezembro de 2009 decorrente do estudo actuarial elaborado pela Pensões Gere e reportado a 31/12/2009, foi de 168.578 Euros:

Custo do serviço corrente	(139.046)
Custo dos juros	(38.142)
Rendimento esperado dos activos do fundo	71.471
Ganhos e perdas actuariais	(48.990)
Custo do serviço passado - Benefícios não adquiridos	(13.869)

Ganhos actuariais relativos à diferença entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados:

Reconhecidas como flutuação de valores	(101.884)
--	-----------

Durante o exercício foi entregue ao fundo de pensões o montante de 121.375 Euros.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço”, implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

36. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 66 DO C.S.C.

Esclarecemos que a sociedade não tem quaisquer dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu nem vendeu acções próprias.

Nos termos do art.º 397º do C.S.C., informamos que durante 2009 o Banco celebrou 5 contratos sob a forma de arrendamento sendo o Banco Carregosa arrendatário e os imóveis arrendados propriedade de administradores do Banco L.J. Carregosa, directamente ou por interposta pessoa. Estes contratos foram decididos, quanto ao arrendatário, pelo Conselho de Administração da sociedade, após parecer favorável do Fiscal Único.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As implicações resultantes da incorporação obrigatória das NCA's e das normas contabilísticas internacionais encontram-se integralmente realizadas.

O Técnico Oficial de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha E Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Américo Ferreira de Amorim

Paulo Armando Morais Mendes

Carlos da Costa Oliveira

António José Paixão Pinto Marante





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS 31 DE DEZEMBRO 2009



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015
Av. da Boavista, 1083 – 4100-129 Porto – Portugal • TEL.: +351 22 608 64 60 • FAX: +351 22 600 78 87 • info@bancocarregosa.com • www.bancocarregosa.com

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 71.027.525 euros e um total de capital próprio de 19.964.829 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.015.929 euros), as Demonstrações de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Porto, 28 de Abril de 2010



Cristina Gomes

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO 2009



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015
Av. da Boavista, 1083 – 4100-129 Porto – Portugal • TEL.: +351 22 608 64 60 • FAX: +351 22 600 78 87 • info@bancocarregosa.com • www.bancocarregosa.com

Balanço Consolidado (NCA)

(valores em euros)

	Notas / Quadros anexos	31-12-2009			31-12-2008
		Valor antes de provisões imparidade e amortizações 1	Provisões imparidade e amortizações 2	Valor Líquido 3=1-2	Valor Líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	607.908		607.908	600.176
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	12.085.201		12.085.201	12.039.662
Activos financeiros detidos para negociação	5	24.538.264		24.538.264	858.031
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-		-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6	2.311.354		2.311.354	8.810.734
Aplicações em instituições de crédito	7	21.508.748		21.508.748	13.574.736
Crédito a clientes	8 e 17	5.634.188	(32.780)	5.601.408	2.044.903
Investimentos detidos até à maturidade		-		-	-
Activos com acordo de recompra		-		-	-
Derivados de cobertura		-		-	-
Activos não correntes detidos para venda	9	175.000		175.000	175.000
Propriedades de investimento		-		-	-
Outros activos tangíveis	10	5.429.318	(1.923.981)	3.505.338	3.516.759
Goodwill e activos intangíveis	10	979.858	(759.192)	220.666	97.599
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	11	9		9	96
Activos por impostos correntes	12	8.684		8.684	102.879
Activos por impostos diferidos	12	66.602		66.602	111.938
Outros activos	13	2.166.427		2.166.427	1.069.999
Total de Activo		75.511.560	(2.715.953)	72.795.608	43.002.512

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Balanço Consolidado (NCA)

(valores em euros)

Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	31-12-2009	31-12-2008
Passivo			
Recursos de bancos centrais		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	14	200.821	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Recursos de outras instituições de crédito	15	18.536.226	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	22.231.451	12.791.815
Responsabilidades representadas por títulos		-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Provisões	8 e 17	56.600	62.143
Passivos por impostos correntes		546.783	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-
Outros passivos subordinados		-	-
Outros passivos	18	10.243.512	10.715.430
Total de Passivo		51.815.393	23.569.388
Capital			
Capital	19	17.500.000	17.500.000
Prémios de emissão	20	369.257	369.257
Outros instrumentos de capital		-	-
Acções próprias		-	-
Reservas de reavaliação	20	(86.677)	(440.168)
Outras reservas e resultados transitados	20	1.166.320	248.878
Resultado consolidado do exercício	20	1.031.765	771.346
Dividendos antecipados		-	-
Total de Capital Próprio atribuível ao Grupo		19.980.665	18.449.314
Interesses Minoritários	20	999.550	983.810
Total de Capital Próprio		20.980.214	19.433.124
Total de Passivo + Capital		72.795.608	43.002.512

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados Consolidada (NCA)

(valores em euros)

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2009	31-12-2008
Juros e rendimentos similares	21	1.897.495	929.808
Juros e encargos similares	21	(660.618)	(101.946)
Margem financeira		1.236.877	827.862
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	22	6.231.361	7.597.395
Encargos com serviços e comissões	22	(2.674.327)	(455.342)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	23	2.628.775	(2.547.915)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	24	525.970	-
Resultados de reavaliação cambial	25	(343.677)	(27.038)
Resultados de alienação de outros activos	26	1.500	12.000
Outros resultados de exploração	27	(73.647)	12.527
Produto da actividade		7.532.832	5.419.489
Custos com pessoal	28	(2.704.912)	(1.891.618)
Gastos gerais administrativos	29	(2.680.208)	(2.413.610)
Depreciações e amortizações	30	(416.995)	(300.343)
Provisões líquidas de anulações	17	(34.516)	(32.340)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	49.649	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		(34.793)	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	(13.062)
Resultado antes de impostos		1.711.056	768.517
Impostos			
Correntes	31	(618.215)	(103.362)
Diferidos	31	(45.337)	92.144
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas		1.047.505	757.299
Interesses Minoritários		(15.739)	14.047
Resultado consolidado do exercício		1.031.766	771.346
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Outros Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2009 (Consolidado)

(valores em euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transferências	Regularizações	Valor consolidado líquido em 31.12.2009
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
Outros Activos Intangíveis								
Despesas de estabelecimento.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	740.289	687.992	178.786	69.688	-	-	-	161.396
"Goodwill".....	45.301	-	13.969	-	-	-	-	59.270
Activos Tangíveis								
Imóveis.....	2.500.000	-	-	-	-	-	-	2.500.000
Obras em imóveis arrendados	-	-	2.354	471	-	-	-	1.883
Equipamento.....	2.589.974	1.606.966	377.695	346.848	45.833	-	-	968.023
Património artístico	33.752	-	1.680	-	-	-	-	35.432
TOTAIS	5.909.316	2.294.958	574.485	417.006	45.833	0	0	3.726.004

3.614.359

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Pedro Baldaque Silva

Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

Carlos da Costa Oliveira

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira de Amorim

António José Paixão Pinto Marante

Está Conforme: 2009/12/31

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada para o período findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(valores em euros)

	31.12.2009	31-12-2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	7.534.647	7.041.760
Pagamento de juros e comissões	(2.959.594)	(778.935)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(5.392.704)	(4.393.943)
Recursos de instituições de crédito	17.298.753	-
Outros activos e passivos operacionais	(21.835.968)	(202.744)
Outros recebimentos de clientes	5.597.504	5.309.277
Impostos sobre lucros	29.605	(135.484)
Caixa líquida das actividades operacionais	272.242	6.839.932
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	6.984.348	(8.634.828)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(559.868)	(425.122)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	50.500	21.320
Investimentos em empresas filiais e associadas	87	-
Caixa líquida das actividades de investimento	6.475.067	(9.038.630)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Realização/Aumento de Capital	2.500	2.500
Dividendos pagos	-	(158.807)
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de crédito)	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	2.500	(156.307)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	6.749.809	(2.355.006)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	26.214.574	28.569.580
Caixa e equivalentes no fim do exercício	32.964.383	26.214.574

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Pedro Baldaque Silva

Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

Carlos da Costa Oliveira

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira de Amorim

António José Paixão Pinto Marante



Demonstração da Variação nos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2009 (Consolidado)

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior	Aumentos	Tranferências	Diminuições	Saldo final consolidado do exercício
Capital realizado	17.500.000				17.500.000
Prémio de emissão	369.257				369.257
Reserva de reavaliação	(440.168)	353.491			(86.677)
Reserva legal	255.000		78.597		333.597
Reserva de variações cambiais	(131.477)	131.477			0
Outras reservas	288.987				288.987
Resultados transitados	(193.485)		707.369		513.885
Resultados transitados - ID	29.852				29.852
Outras reservas e resultados transitados	248.878	131.477	785.966	0	1.166.321
Resultado líquido do exercício	785.966	1.031.764	(785.966)		1.031.764
Total de Capital próprio atribuível ao Grupo	18.463.933	1.516.732	0	0	19.980.665
Interesses Minoritários	983.810	15.740			999.550
Total Capitais Próprios	19.447.743	1.532.471	0	0	20.980.214

O Técnico de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

Carlos da Costa Oliveira

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Américo Ferreira de Amorim

António José Paixão Pinto Marante

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O exercício de 2009 foi para o Banco L. J. Carregosa, S.A., (adiante designado por “Banco Carregosa” ou “Sociedade”) o primeiro exercício completo de actividade como Instituição de Crédito. Com a alteração da sociedade ocorrida em 2008, a actividade do Banco Carregosa converteu-se para o exercício da actividade bancária e de todas as outras actividades expressamente autorizadas nos termos da lei, tendo sido fixado em 4 de Novembro de 2008 o início de tal actividade.

Para além do crescimento orgânico em resultado da alteração da actividade, que justifica grande parte da variação das principais rubricas relacionadas com a actividade enquanto instituição de crédito, será também importante referir a aquisição de uma participação de 19,99% na sociedade ‘Optimize Investment Partners – SGFIM’, em Outubro de 2009, pelo significado estratégico de que se revestiu conforme indicado no relatório de gestão.

As empresas incluídas no perímetro de consolidação, nas quais o Banco Carregosa detém uma participação em que exerce o controlo efectivo sobre as mesmas, são as seguintes:

Sociedade	% Participação	Método de consolidação
Coolink - Serviços Informáticos e de Consultadoria, Lda.	50%	Integral
Górdio - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	49%	Integral

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA’s), nos termos do Aviso nº 1/2005 de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA’s correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

i) Provisionamento do crédito concedido

É mantido o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente no que se refere à anulação de juros;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- ii) Eliminação da opção do justo valor na valorização de activos intangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas, até à data, pela Comissão Europeia diferem da versão integral em vigor das IFRS/IAS publicadas pelo IASB, no que se refere à eliminação de certas restrições na aplicação da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração.

Durante o ano de 2009 foi concretizada a internalização dos processos relativos à contabilidade, que até à data eram executados por entidade externa, subcontratada para o efeito. No âmbito da reestruturação interna e da alteração do organigrama do Banco, foi criado o departamento de contabilidade e informação de gestão. Foi também adquirida uma nova aplicação de suporte à contabilidade e revistos os procedimentos contabilísticos.

Embora se tenha procurado manter todos os princípios e políticas contabilísticas adoptadas anteriormente, também de acordo com as normas referidas, poderão verificar-se alguns casos em que foi necessário reclassificar alguns dos valores apresentados em peças contabilísticas divulgadas anteriormente. Nas várias notas constantes deste anexo, estas correcções são devidamente identificadas.

2.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem a agregação das demonstrações financeiras individuais das entidades sobre as quais o Banco exerce controlo na sua gestão.

As empresas incluídas nas contas consolidadas e respectivas relações com o Banco Carregosa podem ser resumidas de acordo com o seguinte:

- i) Coollink – Serviços Informáticos e de Consultadoria, Lda. (adiante designada por “Coollink”)
A participação de 50% do capital social na Coollink foi adquirida no exercício de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2007 a Coollink foi excluída da consolidação, pelo facto da aquisição da participação, no ano de 2007, ter sido efectuada tendo em vista a sua cessão posterior, estando assim reunidas as condições para a aplicação da alínea c) do número 5. do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, pelo que não foram apresentadas contas consolidadas com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007. Não tendo sido alienada a participação até à data, a mesma é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas.

- ii) Górdio – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A. (adiante designada por “Górdio”).

A participação de 49% do capital social na Górdio, resultou por força da fusão por incorporação com a sociedade L.J. Carregosa & Ca., Lda, efectuada em 2008.

Nenhum outro accionista da Górdio dispõe, directa ou indirectamente, uma fracção de capital superior à do Banco Carregosa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As participações financeiras em que o Banco Carregosa exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Banco Carregosa exerce controlo sobre a Coolink e a Górdio, uma vez que detém o poder, directa e indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de ambas as Sociedades, ainda que a percentagem detida de Capital não seja superior a 50%.

Os investimentos em participações financeiras são registados pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data de compra dos activos adquiridos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente relacionados com a aquisição.

O “goodwill” (diferença de consolidação) resultante da aquisição das participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Ao abrigo das IFRS, o “goodwill” positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do “goodwill” é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em custos do exercício.

As Demonstrações financeiras das participadas que estavam expressas em POC (DL 410/89 e posteriores alterações, nomeadamente DL 35/2005, de 17-02) foram reexpressas, sendo efectuadas os ajustamentos necessários, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal.

Todas as operações entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação.

2.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

b) Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

c) Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

d) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

e) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

f) Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i - Provisões para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii - Provisões para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito.

g) Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Equipamento:	
Equipamento de transporte	4 – 8
Mobiliário e material	8 – 16
Equipamento informático	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	5 – 20

h) Activos intangíveis

Os activos intangíveis são compostos essencialmente por “software”. Estão registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são registadas de forma linear, ao longo de três anos.

i) Outros passivos financeiros - Recursos de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos, e outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

l) Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

m) Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

São registados impostos diferidos, passivos ou activos, no exercício em que se toma conhecimento, os relativos a operações que tenham repercussões nos resultados futuros da empresa.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

n) Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, actuando em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário, e exclusivamente para os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, assumiu o compromisso de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez, efectiva ou presumida, ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesgera.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas, decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, são registados em rubricas de balanço (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, o Banco assumiu ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica, subsídio por morte e eventuais prémios de antiguidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As responsabilidades com estes benefícios são determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões, e registados na rubrica de 'Outros passivos'.

2.4 Gestão do risco

A gestão do risco no Banco Carregosa assumiu particular relevância com as alterações estatutárias verificadas em finais de 2008, com a transformação em Banco. O crescimento da actividade de crédito e o maior nível de recursos, quer devido ao crescimento dos recursos de clientes em balanço, quer pelo crescimento do capital social, aumentaram as necessidades de acompanhamento de riscos, o que, por sua vez, deu origem a uma série de alterações ao nível da estrutura interna do Banco.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

Nesse sentido:

- À Comissão Executiva e ao Conselho de Administração competem a definição das linhas estratégica do negócio.
- Ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) - do qual fazem parte a Comissão Executiva e as áreas de negócios envolvidas na gestão de activos e passivos - compete a alocação de activos bem como a definição da política de captação de recursos (através de pricing e produtos).
- Ao Departamento de Risco compete medir os níveis de risco incorridos e a sua concordância com os pretendidos.

No âmbito das recomendações do Comité de Basileia, continuámos a acompanhar o processo de revisão dos requisitos de capital, elaborado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (Acordo de Basileia II). Este processo de revisão propõe uma maior relação entre os perfis de risco assumidos e os requisitos de capital, aproximando os conceitos de capital regulamentar e de capital económico, permitindo às Instituições Financeiras a utilização de parâmetros calculados internamente para a sua determinação. Estabelece ainda um requisito adicional de capitais para os riscos operacionais, reforça o papel das autoridades de supervisão (Pilar II Processo de Supervisão) e reafirma a necessidade de prestar mais e melhor informação aos mercados (informação qualitativa e quantitativa) sobre a gestão do risco das Instituições Financeiras (Pilar III Disciplina de Mercado).

As categorias de risco consideradas são as seguintes: Risco de Crédito, Risco de Mercado (nas suas componentes risco taxa de juro, cambial, cotações e índices). Risco Operacional e Risco de Liquidez.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

a) Risco de Crédito

Por risco de crédito entende-se a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento por parte de cliente ou contraparte das obrigações contratuais estabelecidas com o Banco.

A maior parte das operações de crédito concedido pelo Banco aos seus clientes visam a aquisição de valores mobiliários.

A monitorização em tempo útil dos saldos dos clientes, vencidos e por vencer, assim como o valor das ordens que transmitem para os mercados, associado ao valor dos activos connosco depositados e ao perfil dos clientes, permite uma gestão deste tipo de risco segundo critérios fixados pela administração. O Departamento de Risco dispõe de um sistema de informação que permite tempestivamente, controlar a conformidade das garantias prestadas pelos clientes com o nível de crédito concedido.

Acresce a possibilidade contratual do Banco encerrar posições ou vender valores mobiliários que colateralizam os empréstimos perante a quebra dos rácios acordados. A segurança implícita aos mesmos faz com que as alterações do preço de colaterais, mesmo no cenário mais negativo plausível, não tenham repercussões significativas nos capitais próprios.

b) Risco de Mercado

Por risco de mercado entende-se como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da eventual alteração adversa do valor dos activos que compõe a carteira do Banco. A alteração do valor dos activos pode ser motivada pela alteração das taxas de juro, taxa de câmbio, prémio de risco ou activo subjacentes aos títulos.

O ALCO (Comité de Activos e Passivos) define a alocação dos activos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. Diariamente o Departamento Financeiro executa a alocação definida. O Departamento de Risco monitoriza os riscos incorridos. A Comissão Executiva – Administrador do Pelouro - é informada das operações efectuadas.

O peso das operações realizadas em mercados organizados, nomeadamente na Euronext (com contraparte central e câmara de compensação), limita o risco de contraparte. Acresce que procuramos sempre garantir o princípio de DVP (entrega contra pagamento) mesmo em operações OTC (operações fora de mercado).

c) Risco Operacional

O risco operacional entende-se como o risco de ocorrerem eventos com impacto negativo, nos resultados ou no capital, resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, de sistemas de informação, ou de causas externas, incluindo o risco jurídico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

No âmbito do Acordo Basileia II, a sociedade concretizou a contratação de empresa de consultoria especializada na matéria, bem como a autonomização de um departamento de risco. Foram iniciados no final do ano de 2009, e irão decorrer durante o ano de 2010, projectos específicos nesta área, visando o levantamento das situações de risco que possam ocorrer, a identificação dos factores de risco e a implementação das medidas para os minimizar. Prevê-se que este trabalho seja a base para o desenvolvimento de um modelo quantitativo de apuramento de perdas relacionadas com Risco Operacional. Será ainda desenvolvida uma aplicação que, apoiada em modelos estatísticos que trabalham sobre uma base de dados histórica com as perdas verificadas e os factores de risco que as originaram, possibilite a alocação de capital económico, por categoria de risco operacional, acompanhando as metodologias mais avançadas preconizadas no Acordo Basileia II.

Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal sob contrato que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

i) Risco de Liquidez

Entende-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez deriva do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos activos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. O ALCO analisa mensalmente o *mismatch* das operações activas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.

Nota prévia:

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), e compostas pelas rubricas:

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	31.12.2009	31.12.2008
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	605.361	600.176
Caixa	2.547	-
	<u>607.908</u>	<u>600.176</u>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2009	31.12.2008
Depósitos à ordem em Instituições monetárias:		
No país	9.581.816	6.648.336
Em outros países	2.503.385	5.391.326
Organismos financeiros internacionais	-	-
	<u>12.085.201</u>	<u>12.039.662</u>

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31.12.2009	31.12.2008
Títulos – Negociação		
Títulos	24.538.264	619.671
Instrumentos Derivados com Justo Valor Positivo	-	238.360
	<u>24.538.264</u>	<u>858.031</u>

O crescimento da rubrica dos activos financeiros detidos para negociação é justificada sobretudo pelo aumento dos recursos disponíveis para serem aplicados, e que por sua vez resultam do início da actividade do Banco como instituição de crédito, que se verificou já no final do ano de 2008, sendo o seu impacto nas contas de 2008 ainda reduzido, mas já com impacto significativo em 2009. Também se verificou, durante o ano de 2009, a reclassificação de parte dos activos que estavam classificados como disponíveis para venda, como activos detidos para negociação, conforme é também referido na nota seguinte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

5.1. Distribuição dos activos detidos para negociação em 31.12.2009

5.1.1 Por País de Origem

Zona Euro	15.368.367
Brasil	7.837.787
Reino Unido	916.449
Ilhas Cayman	303.343
Dinamarca	79.595
Ilha de Jersey	26.518
Bermudas	6.201
	24.538.260

5.1.2 Sector Actividade

Financeiro	20.519.053
Serviços Comerciais	2.073.505
Indústria Transformadora	1.347.908
Produtos Florestais e Papel	312.876
Energia	248.159
Soberano	36.759
	24.538.260

5.1.3 Tipo de Activo

Dívida Sénior	23.209.438
Dívida Soberana	953.208
Instrumentos de Capital	296.019
Outros	79.595
	24.538.260

5.1.4 Rating

Rating AAA a A	5.480.170
Rating BBB a B	16.811.414
Sem Rating	2.246.676
	24.538.260

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	31.12.2009	31.12.2008
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Emitidos por residentes:		
De dívida pública portuguesa	103.855	169.446
De outros residentes	307.600	-
	<u>411.455</u>	<u>169.446</u>
Emitidos por não residentes:		
Emissores públicos estrangeiros	-	-
Outros	1.899.899	8.641.288
	<u>1.899.899</u>	<u>8.641.288</u>
Provisões acumuladas	-	-
	<u>2.311.354</u>	<u>8.810.734</u>

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Em 31 de Dezembro de 2009, a perda registada em reservas de reavaliação é no montante 86.677 Euros (Nota 20).

De referir também que, por decisão do Comité de Alocação de Activos e Passivos (ALCO), foi efectuada em 2009 a reclassificação de parte dos activos de “disponíveis para venda” para “activos detidos para negociação”, o que justifica a grande diminuição da rubrica ‘Emitidos por não residentes – Outros’.

6.1 Distribuição dos activos disponíveis para venda em 31.12.2009

6.1.1 Por País de Origem

Zona Euro	413.500
Grã-Bretanha	397.776
Dinamarca	59.204
Brasil	920.450
Ilha de Jersey	<u>520.424</u>
	<u>2.311.354</u>

6.1.2 Sector Actividade

Financeiro	2.207.499
Soberano	<u>103.855</u>
	<u>2.311.354</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6.1.3 Tipo de Activo

Instrumentos de Capital	307.600
Dívida Subordinada	1.840.695
Dívida Soberana	103.855
Outros	<u>59.204</u>
	2.311.354

6.1.4 Rating

Rating AAA a A	313.803
Rating BBB a B	1.440.874
Sem Rating	<u>556.677</u>
	2.311.354

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>
<u>Aplicações</u>		
No País		
Em Outras Instituições de Crédito	21.382.410	13.481.142
Em Proveitos a receber	126.338	93.594
	<u>21.508.748</u>	<u>13.574.736</u>

O aumento desta rubrica verificado em 2009, está directamente relacionado, com a alteração da actividade do Banco, que implicou um aumento dos recursos disponíveis para aplicação, sendo parte destes recursos aplicados em depósitos a prazo noutras instituições de crédito e parte aplicada em activos financeiros disponíveis para negociação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8. CRÉDITO A CLIENTES

	31.12.2009	31.12.2008
<u>Crédito em conta corrente</u>		
Crédito concedido:		
Interno	4.311.028	1.709.005
Ao exterior	1.288.884	289.059
<u>Outros créditos</u>		
Crédito e juros vencidos:		
Crédito interno e juros vencidos	34.276	95.471
	5.634.188	2.093.535
Provisões para crédito e juros vencidos	(32.780)	(48.632)
	5.601.408	2.044.903

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2009, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 56.600 Euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (Nota 17).

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

	Saldos 31.12.08	Aumento no período	Ajustamento	Alienação no período	Provisões/ Imparidade	Saldos 31.12.09
Imóveis	175.000	-	-	-	-	175.000
Equipamento	-	-	-	-	-	-
	175.000	-	-	-	-	175.000

No dia 28 de Fevereiro a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, no Porto.

Durante o ano de 2008 foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel, sem resultado até ao momento. O Imóvel tem sido sujeito a avaliações não sendo de registar qualquer imparidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos e saldos, em 31 de Dezembro de 2009 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV.

Na rubrica de Outros Activos Tangíveis está incluído um imóvel pertencente à participada Górdio, que no seu respectivo balanço estava registado pelo montante de 502.303 Euros. Tendo por base uma avaliação efectuada por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes a este activo, o mesmo foi avaliado em 2.500.000 Euros, procedendo-se deste modo à sua revalorização por aplicação das IAS 16.

Na rubrica de outros activos intangíveis encontra-se registado o “goodwill” apurado conforme abaixo:

Sociedade	Valor de aquisição	Capital Próprio excepto resultado atribuível ao Grupo	Diferença de consolidação
Coollink	25.000	12.719	- 12.281
Górdio	980.000	933.010	- 46.990
Total	1.005.000	945.729	- 59.271

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS ASSOCIADAS E OUTRAS

	31.12.2009	31.12.2008
Saldo Inicial	96	-
Aquisições	-	-
Alienações	87	-
Transferências	-	96
	9	96
Imparidade Acumulada	-	-
	9	96

O montante das transferências, resultaram por força da fusão por incorporação já referida.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

12. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

	31.12.2009	31.12.2008	Notas
<i>Activos por impostos correntes</i>			
IRC a recuperar		90.789	(1)
IRC a recuperar relativo à fusão com a Personal Value	8.684	12.090	(1)
	<u>8.684</u>	<u>102.879</u>	
<i>Activos por impostos diferidos:</i>			
Diferenças temporárias			
Activos tangíveis	9.002	13.521	
Activos intangíveis	6.739	4.341	
Prejuízos Fiscais	50.861	94.076	
	<u>66.602</u>	<u>111.938</u>	

Os prejuízos fiscais resultaram do processo da fusão, sendo o respectivo imposto diferido activo registado no pressuposto da recuperabilidade dos prejuízos.

(1) Em 2009 esta rubrica foi reclassificada para 'Outras contas de regularização' – ver nota 13.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

13. OUTROS ACTIVOS

	31.12.2009	31.12.2008	Notas
Outras Disponibilidades	-	-	
<i>Devedores e outras aplicações:</i>			
Sector Público Administrativo	182.372	161.942	
Devedores diversos	57.026	288.336	
Outros activos	10.223	10.223	
<i>Outros juros e rendimentos similares:</i>			
Obrigações do tesouro	1.313	4.323	
Outras Obrigações	622.611	252.943	
<i>Outros rendimentos a receber:</i>			
Comissões por serviços prestados	538.937	253.361	
<i>Despesas com encargo diferido:</i>			
Seguros	16.708	9.987	
Contribuições Fundo Garantia Depósitos	50.000	50.000	
Outras despesas com encargo diferido	17.615	33.340	
Outras contas de regularização	669.621	108.423	
<i>(das quais IRC a recuperar)</i>	<i>(0)</i>	<i>(102.879)</i>	(1)
	<u>2.166.426</u>	<u>1.172.878</u>	
Outras rubricas objecto de reclassificação em 2009			
IRC a recuperar relativo a 2008 Banco		-90.789	(1)
IRC a recuperar relativo à fusão com a Personal Value		-12.090	(1)
		<u>1.069.999</u>	

(1) Em 2008 esta rubrica estava classificada em 'Activos por impostos correntes' – ver nota 12.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

14. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31.12.2009	31.12.2008
Instrumentos Derivados com Justo Valor Negativo	200.821	0
	<u>200.821</u>	<u>0</u>

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31.12.2009	31.12.2008
<i>Recursos de Instituições Crédito no País:</i>		
Descobertos em depósitos à ordem	47.435	-
Outros recursos	26	-
	<u>47.460</u>	<u>-</u>
<i>Recursos de Instituições Crédito no Estrangeiro:</i>		
Descobertos em depósitos à ordem	1.237.473	-
Depósitos à ordem	17.251.292	-
	<u>18.488.765</u>	<u>-</u>
	<u>18.536.226</u>	<u>-</u>

Em 2008 devido ao pouco tempo de actividade do Banco como instituição de crédito, não tinham sido ainda captados recursos de outras instituições de crédito, facto que se veio depois a verificar em 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

	31.12.2009	31.12.2008
<i>Recursos de clientes</i>		
Depósitos		
De residentes:		
Á ordem	3.208.517	3.370.252
A prazo	18.016.929	9.333.914
	<u>21.225.446</u>	<u>12.704.166</u>
De não residentes:		
Á ordem	672.759	-
A prazo	30.033	-
	<u>702.792</u>	<u>-</u>
<i>Juros de recursos de clientes</i>		
Depósitos		
De residentes:		
Á ordem	-	-
A prazo	303.213	87.649
	<u>303.213</u>	<u>87.649</u>
	<u>22.231.451</u>	<u>12.791.815</u>

17. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER

No exercício de 2009 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidade foram os seguintes:

	Saldos 31.12.08	Dotações	Utilizações/ Transf./ Ajustamentos	Anulações/ Reposições	Saldos 31.12.09
Provisões para crédito e juros vencidos (1)	<u>48.632</u>	<u>40.793</u>	<u>(996)</u>	<u>(49.649)</u>	<u>38.780</u>
Provisões para riscos gerais de crédito	22.142	73.285	(57)	(38.770)	56.600

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Outras provisões	40.000	-	(40.000)	-	-
	<u>110.774</u>	<u>114.078</u>	<u>(41.053)</u>	<u>(88.419)</u>	<u>95.380</u>

18. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2009	31.12.2008
<i>Credores e outros recursos</i>		
Fornecedores	43.542	159.642
Fornecedores de bens de locação financeira	30.696	16.789
Credores por operações sobre valores mobiliários	2.378.700	5.048.983
Outros credores	732.754	36.341
Outros recursos	6.080.054	4.761.479
Sector Público Administrativo	92.405	62.368
Contribuições para a Segurança Social	41.213	32.269
Contribuições para outros sistemas de saúde	8.673	6.283
Sindicatos	1.615	1.055
	<u>9.409.652</u>	<u>10.125.209</u>
 <i>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</i>		
	181.968	187.048
	<u>181.968</u>	<u>187.048</u>
 <i>Encargos a pagar</i>		
Remunerações a pagar ao pessoal	356.049	264.844
Outros encargos a pagar	271.843	138.329
	<u>627.892</u>	<u>403.173</u>
 <i>Receitas com rendimento diferido</i>		
Outras receitas com rendimento diferido	24.000	-
	<u>24.000</u>	<u>-</u>
	<u>10.243.512</u>	<u>10.715.430</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

19. CAPITAL SOCIAL

O capital social do Banco L. J. Carregosa é de 17.500.000 de euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado, através da emissão de 175.000.000 de acções.

A Sociedade não detém quaisquer acções próprias, nem existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis, títulos ou direitos similares.

20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o montante necessário. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

Resumem-se, de seguida, os movimentos nas rubricas de Outras Reservas e Resultados Transitados, efectuados no ano 2009:

	31.12.08	Aumentos	Transferências	Diminuições	31.12.09
Capital realizado	17.500.000				17.500.000
Prémio de emissão	369.257				369.257
Reservas de reavaliação					
Resultantes valorização ao justo valor	(440.168)	353.491			(86.677)
Reserva de variações cambiais	(131.477)	131.477			-
Outras	288.988		(288.988)		-
	(282.657)	484.968	(288.988)	-	(86.677)
Outras reservas e resultados transitados					
Reserva legal	255.000		78.597		333.597
Outras reservas	-		288.988		288.988
Resultados transitados	(163.632)		707.369		543.736
	91.368		1.074.954	-	1.166.321
Resultado líquido do exercício	785.965	1.031.764	(785.966)	-	1.031.764
Interesses Minoritários	983.810	15.740	-	-	999.550
Total Capitais Próprios	19.447.743	1.532.471	-	-	20.980.214

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Conforme referido na nota 6, foram registadas em contas de reservas os ajustamentos ao justo valor e as diferenças cambiais resultantes de activos financeiros disponíveis para venda nos montantes negativos de 440.168 Euros e 131.477 Euros, respectivamente.

Os interesses minoritários foram apurados de acordo com o seguinte:

Sociedade	Capital Próprio	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
Coollink	61.862	50%	30.931
Górdio	1.899.252	51%	961.619
Total	1.961.114		999.550

21. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira aumentou consideravelmente em 2009 devido ao crescimento dos recursos de clientes. Desta forma se explicam as variações mais significativas em rendimentos de outros activos financeiros, constituídos pelos juros de aplicações realizadas pelo Banco, e por outro lado, nos juros de recursos de clientes, que representam os juros pagos a clientes nos depósitos a prazo.

	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades em bancos centrais	2.819	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28.705	103.358
Aplicações em instituições de crédito	425.224	376.932
Crédito a clientes	169.590	133.870
Crédito vencido	48.825	59.612
Outros activos financeiros	1.222.332	256.036
	<u>1.897.495</u>	<u>929.808</u>
Juros e encargos similares de:		
Recursos de outras instituições de crédito	10.524	51.595
Juros de recursos de clientes	647.110	46.626
Outros	2.984	3.725
	<u>660.618</u>	<u>101.946</u>
	<u>1.236.877</u>	<u>827.862</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

22. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

	31.12.2009	31.12.2008	Notas
Rendimentos de serviços e comissões por:			
Garantias prestadas	1.125	0	
Depósito e guarda de valores	43.329	56.077	
Cobrança de valores	60.103	38.948	
Administração de valores	22.270	107.915	
Operações realizadas por conta de terceiros	6.089.958	7.391.430	
Outros serviços prestados	9.617	3.025	
Outras comissões recebidas	4.959	0	
	6.231.361	7.597.395	
Encargos com serviços e comissões por:			
Depósito e guarda de valores	25.860	25.764	
Cobrança de valores	1.965	0	
Administração de valores	0	3.120	
Outros serviços bancários prestados por terceiros	25.058	22.013	
Operações realizadas por terceiros	2.619.016	399.329	(1)
Outras comissões pagas	2.428	5.116	
	2.674.327	455.342	
	3.557.034	7.142.053	

(1) Os valores relativos a 2009 incluem as comissões pagas a terceiros pela negociação de instrumentos derivados, que em 2008 eram contabilizadas como 'Perdas em activos financeiros detidos para negociação', no valor de 2.736.138 Euros. Ver também a nota seguinte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

23. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados reflectem, o maior volume de investimentos de carteira, como resultado dos maiores recursos de clientes e o bom resultado obtido na gestão dessa carteira.

	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>	<u>Notas</u>
Ganhos em:			
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida	1.489.739	840	
Instrumentos de capital	426.175	470.173	
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida	4.815.555	1.000.091	
Instrumentos de capital	66.380	6.193	
Instrumentos derivados			
Divisas	784.041	76.318	
Outros	1.527	4.971	
Outros activos	-	590.789	(1)
	<u>7.583.417</u>	<u>2.149.375</u>	
Perdas em:			
Activos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida	1.080.434	313	
Instrumentos de capital	340.305	425.629	
Outros	2.912	8.438	
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida	2.571.047	821.552	
Instrumentos de capital	130.078	23.205	
Instrumentos derivados			
Divisas	829.668	109.189	
Comissões	-	2.736.138	(2)
Outros	199	6.561	
Outros activos	-	566.264	(1)
	<u>4.954.641</u>	<u>4.697.290</u>	
	<u>2.628.775</u>	<u>(2.547.915)</u>	

(1) Em 2008 os valores constantes nesta rubrica correspondiam aos resultados de activos financeiros disponíveis para venda (nota seguinte).

(2) Em 2008 as comissões pagas pelas transacções de derivados, estavam a ser incluídas nas perdas em activos financeiros para negociação. Esta situação foi corrigida em 2009. Ver nota anterior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

24. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	31.12.2009	31.12.2008	Notas
Ganhos em:			
Activos financeiros detidos para venda			
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida	77.006	-	
Instrumentos de capital	9.528	-	
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida	346.978	-	
Instrumentos de capital	2.672	-	
Outros	549.985	590.789	(1)
	<u>986.168</u>		
Perdas em:			
Activos financeiros detidos para venda			
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida	5.457	-	
Instrumentos de capital	2.423	-	
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida	83.781	-	
Instrumentos de capital	1.095	-	
Outros	367.442	566.264	(1)
	<u>460.199</u>		
	<u>525.970</u>		

(1) Em 2008 os valores indicados estavam incluídos nas rubricas de resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados (ver nota 23).

25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

	31.12.2009	31.12.2008
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira	626.042	111.781
	<u>626.042</u>	<u>111.781</u>
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira	969.719	138.819

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

	969.719	138.819
	(343.677)	(27.038)
26. <u>RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS</u>		
	31.12.2009	31.12.2008
Ganhos em:		
Activos não financeiros	1.500	12.000
	1.500	12.000
27. <u>OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO</u>		
	31.12.2009	31.12.2008
Ganhos em:		
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Outros	126.021	142.112
	126.021	142.112
Perdas em:		
Outros impostos	21.462	38.312
Quotizações e donativos	6.178	3.804
Perdas em activos não financeiros	2.991	16.588
Outros encargos e gastos operacionais	169.037	70.881
	199.668	129.585
	(73.647)	12.527

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

28. CUSTOS COM O PESSOAL

	31.12.2009	31.12.2008
Remunerações		
Dos órgãos de gestão	330.153	163.710
De empregados	1.735.202	1.252.327
Encargos Sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	451.269	299.750
Fundo de pensões	119.586	123.946
Outros	10.244	9.210
Outros custos com o pessoal		
Outros custos com o pessoal	58.458	42.675
	<u>2.704.912</u>	<u>1.891.618</u>

O aumento de custos com pessoal reflecte o esforço de crescimento do Banco.

Em Dezembro de 2008, um mês após a Sociedade Financeira de Corretagem se ter transformado em Banco, este dispunha de 60 colaboradores nos seus quadros.

Em Dezembro de 2009, o Banco tinha um quadro de pessoal composto por 72 colaboradores. Assim, durante o ano de 2009, com vista a suprir as novas necessidades de recursos humanos com que o Banco se deparou, quer por via da diversificação das áreas de actuação, quer por via da crescente especificidade técnica da actividade, o Banco aumentou em 20% o seu número de colaboradores.

Este crescimento quantitativo, reflecte, não só as necessidades acima referidas como a aposta clara em estratégias de desenvolvimento do potencial humano da organização, com vista à melhoria contínua da Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número médio de colaboradores nos quadros do Banco Carregosa, por categorias profissionais, era o seguinte:

<i>Dados por Categoria Profissional</i>	31.12.2009	31.12.2008
Administração	5	7
Direcção	11	9
Técnicos	16	11
Administrativos	14	14
Comerciais/operacionais	24	17
Outros	6	6
	<u>72</u>	<u>64</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Para além dos quadros do Banco Carregosa, o nº total de trabalhadores inclui 4 quadros da participada Collink.

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	<u>31.12.2009</u>	<u>31.12.2008</u>
Com fornecimentos:		
Água, energia e combustíveis	88.354	107.791
Material de consumo corrente	21.296	20.027
Publicações	8.584	9.480
Material de higiene e limpeza	8.248	8.488
Outros fornecimentos de terceiros	74.789	71.862
	<u>201.271</u>	<u>217.648</u>
Com serviços:		
Rendas e alugueres	274.213	49.777
Comunicações	239.665	167.387
Deslocações, estadas e representação	244.300	267.288
Publicidade e edição de publicações	326.641	212.904
Conservação e reparação	70.871	68.091
Seguros	13.397	15.957
Avenças e honorários	294.743	254.719
Judiciais, contencioso e notariado	3.024	3.255
Informática	51.555	50.355
Segurança e vigilância	2.566	1.868
Informações	299.872	278.105
Bancos de dados	24.221	31.113
Outros serviços especializados	469.149	764.213
Outros serviços	164.720	30.930
	<u>2.478.937</u>	<u>2.195.962</u>
	<u>2.680.208</u>	<u>2.413.610</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

30. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Conforme referido na nota 10, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV. As amortizações do período findo em 31 de Dezembro de 2009, ascenderam a 416.995 Euros.

31. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva do Banco Carregosa individualmente, nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31.12.2009	31.12.2008
Imposto corrente:		
1. Resultado antes de impostos base NCAs	1.675.002	796.706
2. Taxa legal de imposto (IRC+Derrama)	26,50%	26,50%
3. Carga fiscal normal (1*2)	443.876	211.127
4. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1 Provisões não dedutíveis	73.285	67.835
4.2 Amortizações não aceites como custo	45.581	31.546
4.3 Donativos e quotizações	3	84
4.4. IRC relativo a anos anteriores	-	0
4.5. Mais valias fiscais	1.497	6.325
4.6 Multas, coimas e juros compensatórios	3.007	33.997
4.7 Correções relativas a exercícios anteriores	36.442	20.019
4.8 Correção Impacto NCA's	15.755	23.877
4.9 Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	-	0
4.10 Despesas não devidamente documentadas e ofertas	52.450	22.630
4.11 Pensões de reforma	-	49.812
4.12 Insuficiência de estimativa de imposto	33.353	-
	<u>261.373</u>	<u>256.125</u>
5. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
5.1 Redução de provisões tributadas	-38.770	-35.495
5.2 Benefícios fiscais	-2.537	-1.678
5.3 Impacto NCA's	-23.964	-31.231
5.4 Mais valias contabilísticas	-4.667	-12.650
5.5 Excesso estimativa de imposto	-	-20.867
5.6 Outros	-	-58.432
	<u>-69.938</u>	<u>-160.353</u>
6. Variações patrimoniais	<u>484.967</u>	<u>-571.645</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

7. Lucro tributável (1+4+5+6)	2.351.404	320.833
8. Prejuízo fiscal reportável	-141.166	0
9. Imposto antes da tributação autónoma (7+8) 26,5%	584.151	85.021
10. Tributações autónomas	29.586	17.864
11. Imposto total (9+10)	613.736	102.885
12. Taxa efectiva (11/1)	36,64%	12,91%

Para além do montante de 613.736 Euros da estimativa de imposto corrente apurado nas contas individuais do Banco Carregosa, nas contas consolidadas está ainda incluído o valor de 4.479 Euros referente à participada Collink.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2005 a 2008 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

32. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	31.12.2009	31.12.2008
Compromissos perante terceiros:		
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	128.635	91.860
	<u>128.635</u>	<u>91.860</u>
Responsabilidades por prestação de serviços:		
De depósito e guarda de valores	226.727.572	139.033.534
Valores administrados pela Instituição	22.713.755	12.031.652
Outras	20.155.592	8.938.638
	<u>269.596.919</u>	<u>160.003.824</u>
Serviços prestados por terceiros:		
Por depósito e guarda de valores	200.223.047	114.729.077
Por outros serviços	20.155.592	8.938.638
	<u>220.378.639</u>	<u>123.667.715</u>
Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	300.000	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Garantias reais	16.600	16.600
	<u>316.600</u>	<u>16.600</u>
Garantias Recebidas		
Garantias pessoais	300.000	-
	<u>300.000</u>	<u>-</u>
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	1.332.127	1.332.127
Juros vencidos	9.778	6.571
	<u>1.341.905</u>	<u>1.338.698</u>

33. RELATO POR SEGMENTO

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolvem apenas em Portugal também não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

34. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

O Banco Carregosa, actuando em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário, e exclusivamente para os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, assumiu o compromisso de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

O estudo actuarial, para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados, reportados a 31 de Dezembro de 2009, foi efectuado pela Pensõesger – S. G. F. P., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os principais pressupostos actuariais utilizados para a avaliação efectuada foram, para os anos de 2009 e 2008, os seguintes:

	2009	2008
Esquema de benefício	Estabelecido no ACTV Bancário	Estabelecido no ACTV Bancário
Método actuarial	Projected Unit Credit Method	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	SUISSERE	SUISSERE
Idade de reforma	65 anos	65 anos
Decrementos Utilizados	100% da EVK 80	100% da EVK 80
Taxa de retorno esperada dos activos do plano	5,50%	5,75%
Taxa de crescimento salarial futura	3,5%	3,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,75%	2,75%
Tarifa de cobertura Invalidez Ocupacional	Compagnie Suisse de Réassurances	Compagnie Suisse de Réassurances
Tarifa de cobertura Morte	2.234‰	2.234‰
Percentagem de casados	85,00%	85,00%
Nº de pensões pagas anualmente	14	14

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado, decompondo-se em 31 de Dezembro de 2009 da seguinte forma:

	2009	2008
Nº de participantes no activo	23	23
Nº de reformados	1	1
Responsabilidades relativas a serviços passados de pessoal no activo	1.517.034	1.256.664
Responsabilidades relativas a ex-trabalhadores	160.580	157.381
Total das responsabilidades	1.677.614	1.414.045

O valor do fundo de pensões no final do ano ascendia a 1.655.954 Euros.

O montante reconhecido como custo a 31 de Dezembro de 2009 decorrente do estudo actuarial elaborado pela Pensões Gere e reportado a 31/12/2009, foi de 168.578 Euros:

Custo do serviço corrente	(139.046)
Custo dos juros	(38.142)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Rendimento esperado dos activos do fundo	71.471
Ganhos e perdas actuariais	(48.990)
Custo do serviço passado - Benefícios não adquiridos	(13.869)

Ganhos actuariais relativos à diferença entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados:

Reconhecidas como flutuação de valores	(101.884)
--	-----------

Durante o exercício foi entregue ao fundo de pensões o montante de 121.375 Euros.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço”, implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

36. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 66 DO C.S.C.

Esclarecemos que a sociedade não tem quaisquer dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu nem vendeu acções próprias.

Nos termos do art.º 397º do C.S.C., informamos que durante 2009 o Banco celebrou 5 contratos sob a forma de arrendamento sendo o Banco Carregosa arrendatário e os imóveis arrendados propriedade de administradores do Banco L.J. Carregosa, directamente ou por interposta pessoa. Estes contratos foram decididos, quanto ao arrendatário, pelo Conselho de Administração da sociedade, após parecer favorável do Fiscal Único.

As implicações resultantes da incorporação obrigatória das NCA's e das normas contabilísticas internacionais encontram-se integralmente realizadas.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Técnico Oficial de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha E Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Américo Ferreira de Amorim

Paulo Armando Morais Mendes

Carlos da Costa Oliveira

António José Paixão Pinto Marante





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO 2009



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015
Av. da Boavista, 1083 – 4100-129 Porto – Portugal • TEL.: +351 22 608 64 60 • FAX: +351 22 600 78 87 • info@bancocarregosa.com • www.bancocarregosa.com

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de 72.795.608 euros e um total de capital próprio atribuível ao Grupo de 19.980.665 euros, incluindo um resultado líquido positivo atribuível aos accionistas do Banco de 1.047.505 euros), as Demonstrações consolidadas de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

- 7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Porto, 28 de Abril de 2010



Cristina Gomes

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 31 DE DEZEMBRO 2009



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015
Av. da Boavista, 1083 – 4100-129 Porto – Portugal • TEL.: +351 22 608 64 60 • FAX: +351 22 600 78 87 • info@bancocarregosa.com • www.bancocarregosa.com

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos estatutos, e no cumprimento das funções de Fiscal Único, compete-me submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, disponibilizados pelo Conselho de Administração da Sociedade.

No desempenho das minhas funções, procedi, durante o exercício, ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas necessárias nas circunstâncias, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à realização de testes por amostragem às transacções e respectivos registos.

Na sequência do disposto no n.º 2 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e no cumprimento das minhas funções de Fiscal Único do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, foi-me solicitada a emissão de um parecer relativamente às minutas de cinco contratos promessa de arrendamento em que, o arrendatário dos imóveis era o **Banco** e os imóveis objecto dos contratos de arrendamento prometidos propriedade de administradores do mesmo, directamente ou por interposta pessoa. Desta forma, analisada a documentação respectiva, verificado que nenhuma vantagem especial para os Administradores, directamente ou por pessoa interposta, advinha da realização das transacções supra descritas, declarei que nada tinha a opor relativamente à realização das mesmas.

De igual modo, conforme disposto no artigo 109.º do **RGICSF**, e no cumprimento das minhas funções de Fiscal Único, foi-me solicitada a emissão de um parecer relativamente à concessão directa ou indirecta de crédito a detentores de participações qualificadas, nos moldes que me foram apresentados em documento preparado pelo **Banco Carregosa**. Da análise dos normativos aplicáveis a esta matéria e análise do supra citado documento, considereei que existiu um critério de razoabilidade e prudência nos limites fixados para as operações que o **Banco Carregosa** se propunha eventualmente efectuar neste âmbito, tendo declarado que nada tinha a opor relativamente à realização das mesmas desde que cumpridas todas as condições fixadas.

Ainda no cumprimento das minhas funções de Fiscal Único do **Banco L.J. Carregosa, S.A.** foi-me solicitado pelo Banco em Julho de 2009 a emissão de parecer conforme o n.º 3 do artigo 349.º do CSC relativamente à emissão de obrigações pelo **Banco Carregosa**, nos termos e condições descritos em documento Informativo – Oferta particular de subscrição de obrigações subordinadas pelo Banco LJ Carregosa, S.A., que me foi disponibilizado. Analisada a documentação recebida e a legislação aplicável, emiti parecer em como, na minha opinião, a eventual emissão de obrigações

subordinadas pelo Banco Carregosa em apreço cumpria o limite fixado no artigo 349.º do CSC, pelo que, nada tinha a opor quanto à realização da mesma.

Não tomei conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas emiti a Certificação Legal das Contas individuais com opinião sem reservas, bem como, a Certificação Legal das Contas consolidadas com opinião sem reservas que, considero partes integrantes deste relatório.

Nestes termos, sou de parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório único do Conselho de Administração, preparado de acordo com o n.º 6 do artigo 508º-C do CSC, e as contas individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório do Conselho de Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 28 de Abril de 2010



O FISCAL ÚNICO

Cristina Gomes
R.O.C. N.º 1088



EXTRACTO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 25 DE MAIO DE 2010



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015
Av. da Boavista, 1083 – 4100-129 Porto – Portugal • TEL.: +351 22 608 64 60 • FAX: +351 22 600 78 87 • info@bancocarregosa.com • www.bancocarregosa.com



BANCO CARREGOSA

CERTIFICADO, à vista da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas do “Banco L. J. Carregosa, S.A.”, realizada no dia 25 de Maio de 2010, que se encontram tomadas as seguintes deliberações:

a) Foi aprovada por unanimidade dos votos o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2009”.

b) Foi aprovada por unanimidade dos votos a proposta contida no Relatório de Gestão, no respeitante ao resultado líquido do exercício, no valor de € 1 015 929 (um milhão e quinze mil, novecentos e vinte e nove euros), atribuindo-se-lhe a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal - € 101.593

Para resultados transitados - € 704.336

Para dividendos - € 210.000”

c) Foi aprovado por unanimidade dos votos a proposta de alteração ao Pacto Social da Sociedade, tendo em vista e para cumprimento do disposto no D.L. 225/2008 de 20 de Novembro, substituir o sistema de Fiscal Único pelo sistema de Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas que não o integra.

d) Foi aprovado por unanimidade dos votos, a eleição dos membros do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

CONSELHO FISCAL

Presidente: **MARIA DA GRAÇA ALVES CARVALHO**, residente na Rua Alfredo Keil, 429 - 2ºEC 4150-049 Porto, NIF 191 611 590, BI n.º 5777537, emitido a 16/10/2002 no Porto

Vogal: **MANUEL JOSÉ LEMOS DE FERREIRA LEMOS**, residente na Rua João Maria Esteves Alves, 583, Mirandela, NIF 144 126 494 e Cartão de Cidadão n.º 2988890

Vogal: **EDUARDO MARIA LOPES ROTHES BARBOSA**, residente na Rua João Paulo Freire, n.º 39, 3º Esq., Porto, NIF 107 086 123 e BI n.º 849292, emitido a 04/02/2005 no Porto.

Suplente: **ANDRÉ DE CASTRO AMORIM**, residente na Rua Mãe d' Água, n.º 549, Mozelos, NIF 223668834 e BI n.º 11755085, emitido a 23/03/2005 no Porto.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

CRISTINA MARIA MARTINS GOMES, com domicílio profissional na Rua Rainha D. Estefânia, 246, 4º andar, sala 12, Porto, NIF 191 688 800 e BI n.º 7660742, emitido em 02/03/2005

Suplente: **ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS**, SROC Representada por **CARLOS AFONSO DIAS LEITE FREITAS DOS SANTOS**, ROC, com domicílio profissional na Rua do Campo Alegre, n.º 606 - 2º Salas 201/203, NIF: 207 002 185 e BI n.º 10202311, emitido a 30/01/2007 no Porto.

e) Foi aprovado por unanimidade dos votos um Louvor ao Conselho de Administração e a cada um dos seus Membros, individualmente, e ao Fiscal Único, relativamente ao exercício de 2009.

Porto, 25 de Maio de 2010.

○ Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Dr. Luis Neiva dos Santos)



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculada Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015

AV. da Boavista, 1083 - 4100-129 Porto - Portugal • Tel. +351 22 608 64 60 • Fax: +351 22 600 78 87

ljcarregosa@ljcarregosa.com • http://www.ljcarregosa.com